

A Dívida Pública e seu Impacto na Vida das Mulheres



Apresentação

Esta publicação foi preparada para aquelas e aqueles que fazem da leitura um instrumento de luta. Trata-se aqui do tema da Dívida Pública. Este é um assunto aparentemente muito complexo, difícil de entender. Mas quando partimos da realidade de vida das pessoas para explicar o que isto significa e como elas são afetadas, pode ser mais fácil de entender. Este foi o nosso desafio ao escrever esta revista: mostrar como historicamente a Dívida Pública tem sido a base de sustentação da exploração, opressão e da dominação dos povos, afetando particularmente as mulheres.

Para nós, feministas que lutamos contra as opressões e suas armadilhas, a Dívida é o eixo de sustentação do sistema do capital. É ela quem sustenta a acumulação de riquezas que vem sempre acompanhada da dominação patriarcal.

É por isso que vale o esforço que possamos fazer para entendê-la a partir da compreensão de seus vínculos com instâncias de poder para perpetuar a exploração capitalista.

Assim também as reflexões que possamos fazer para explicá-la para outras pessoas, com os entendimentos que iremos construir tanto a partir dela, como a partir das conexões que serão feitas com base em nossas vivências.

Façamos bom proveito.

Coletivo de Mulheres do Jubileu Sul Brasil



1.0 QUE É MESMO DESENVOLVIMENTO?

Tudo o que acontece na nossa vida tem uma origem, uma razão de ser. Para mudarmos o que não achamos certo, precisamos primeiro entender o que está por traz das coisas que são ditas. Assim, fica mais fácil pensar no que vamos focar para resolver as questões que nos incomodam. Por exemplo, nosso interesse é trazer à reflexão o conceito de desenvolvimento tomando como foco a vida da população em situação de vulnerabilidade, em especial das mulheres.

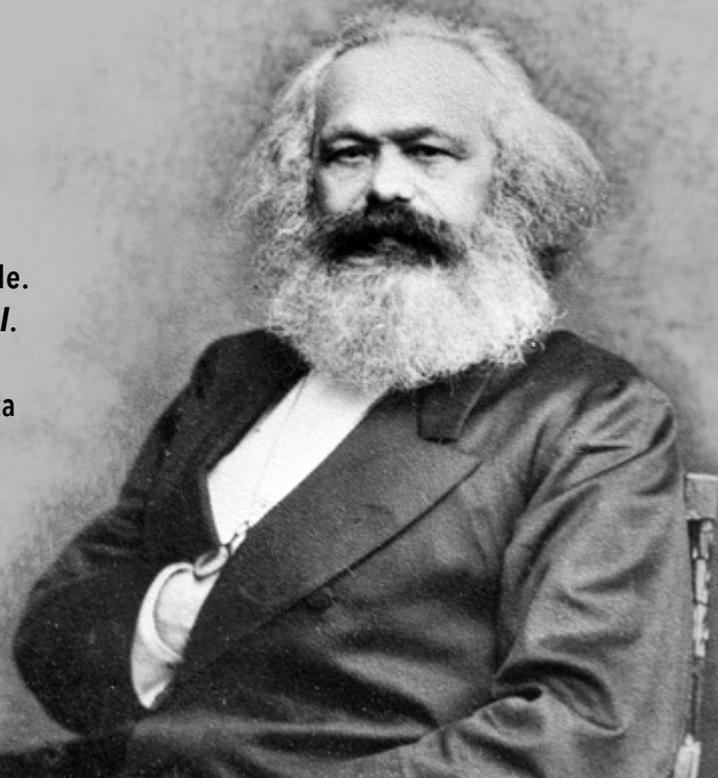
Existem várias visões sobre desenvolvimento. Algumas teorias defendem que desenvolvimento é o mesmo que progresso econômico e que para um país se desenvolver é preciso seguir um certo padrão de desenvolvimento industrial e tecnológico e uma modernização de seus equipamentos sociais.

No Brasil, essa visão ganhou força, desde os anos de 1930, pois alguns teóricos diziam que os problemas brasileiros resultavam da tensão entre dois Brasis: um atrasado, agrário, que resistia a mudanças e outro urbano, moderno, industrial. Nesse período o Brasil muda seu perfil social e

econômico, de um país constituído de oligarquias agrárias para um país essencialmente voltado para a exportação de produtos agrícolas. Chegam juntas a industrialização e a urbanização.

Os principais críticos dessa visão de desenvolvimento foram os marxistas, os seguidores de Karl Marx. Os marxistas diziam que as sociedades atrasadas eram resultado do saqueio que os países ricos faziam das riquezas dos países considerados pobres e, portanto, dependentes. As grandes potências (Portugal, Espanha e Inglaterra, que foram os principais colonizadores, e posteriormente a Alemanha, Bélgica e Estados Unidos) sugavam as riquezas produzidas pelos países considerados pobres, dentre eles o Brasil, além de explorarem sua mão de obra. Dessa forma, iam acumulando capital/riqueza e implantando a sua visão de desenvolvimento. A essa visão de desenvolvimento baseada na acumulação de riquezas por meio do extermínio de povos indígenas e no escravismo, chamamos de capitalismo. Com o tempo, foi se aperfeiçoando e encontrando formas de sobreviver a todas as crises pelas quais o capitalismo já passou.

Karl Marx foi um filósofo, sociólogo e economista alemão, nascido em 1818. Ele defendia que as condições econômicas e a luta de classes são agentes transformadores da sociedade. Sua obra mais importante é *O Capital*. Ainda jovem, publicou o *Manifesto Comunista*, em 1848, com uma crítica contundente ao capitalismo, onde termina com o apelo pela união dos operários do mundo todo.



Capitalismo é um sistema econômico, social e cultural que sobrevive da ampliação das desigualdades de classe, gênero, raça e etnia, para garantir a acumulação de riquezas. Surgiu no século XV, na passagem da Idade média para a Idade Moderna, a partir da decadência do sistema feudal e do nascimento de uma nova classe social, a burguesia. A mercantilização da vida e a financeirização da natureza são a forma como o capitalismo se expressa atualmente. O mote do capitalismo é o lucro e sua expressão é a mais-valia ou mais valor.

Mercantilização da Vida é a priorização do lucro acima da vida.

Financeirização da natureza é o controle dos componentes da natureza por agentes financeiros, para sua comercialização. Por exemplo: a comercialização do gás que respiramos, o carbono, que foi uma iniciativa do Banco Mundial proposta a organizações da sociedade civil.

Na primeira metade do século XIX, surge uma proposta de outro modelo de desenvolvimento defendida por Marx e seu amigo Friedrich Engels: o Socialismo, como uma forma de repensar o sistema capitalista. Essa teoria propunha outro caminho de organização da sociedade, onde os meios de produção seriam coletivos, não haveria classes sociais nem propriedade privada. Marx e Engels defendiam o socialismo como uma etapa para se chegar ao comunismo. Este seria alcançado por meio de uma revolução feita pelas trabalhadoras e pelos trabalhadores da cidade e do campo. O socialismo foi adotado pela Rússia em 1917, China, Coreia do Norte e Vietnã. O socialismo trazia os mesmos princípios do comunismo, mas com algumas diferenças, por exemplo: a defesa de uma democracia participativa – governo onde a participação política é o principal valor, não podendo ser substituída pela representação. Se baseia na participação direta nas decisões.

Antes do capitalismo se estruturar enquanto modelo econômico ou seja, antes do dinheiro em espécie existir como moeda de troca, as pessoas adquiriam coisas por meio de um sistema de trocas chamado de escambo (eu, fabricante de painéis, as trocava por tecido contigo). A partir das grandes navegações, com o crescimento das cidades e a diversificação de produtos disponíveis nos mercados locais, surge o mercantilismo (conjunto de práticas econômicas adotadas pelas nações europeias entre o século XV e o século XVIII). Tais práticas econômicas

são consideradas pelos historiadores como o estágio de transição do modo de produção feudal (organização econômica e social baseada nos feudos/vilas – pautada no escravismo e servidão ao dono do feudo, na produção agrícola e pequeno comércio, existente entre o século V ao XV, no período da história chamado de Idade Média) - para o modo de produção capitalista. O mercantilismo foi adotado com características distintas conforme a realidade e necessidades de cada país europeu. O sistema colonial no continente americano foi adotado pelos portugueses na colonização do Brasil tendo como referência essas práticas.

O desenvolvimento do comércio e da manufatura caracterizou o fim do feudalismo e a formação dos Estados Nacionais Modernos. Algumas características do mercantilismo foram: incentivo ao desenvolvimento manufatureiro, incentivo à construção de embarcações (base para a expansão comercial na época) e protecionismo alfandegário (imposição de impostos sobre mercadorias estrangeiras).

A ampliação das relações comerciais deu início ao que se chamou de Revolução Industrial ou acumulação de riquezas para sua expansão em busca de lucros, com o surgimento das fábricas e indústrias. Esta significou a destruição dos modos de vida das culturas originais e o divórcio entre seres humanos e natureza.



Filme Tempos Modernos
Charlie Chaplin, 1936

Chegou a indústria e com ela... aumento da exploração

A Revolução Industrial foi um conjunto de transformações econômico-sociais que aconteceram na Europa, do século XVIII ao XIX, a partir do momento em que o modo de produção artesanal foi substituído pelo trabalho assalariado nas fábricas. Então, aquele costume de trocas foi ficando para trás e, a partir de agora, **eu, que fabricava painéis, sou empregada de uma fábrica de painéis numa linha de montagem**; portanto, não sou mais autora do produto final (as fábricas que produzem calça jeans são um bom exemplo, pois em cada setor é feito uma parte da calça). Essa mudança no modo de produção começou na Inglaterra e se expandiu para os países da Europa e Estados Unidos, no século XIX. Ela significou a destruição dos modos de vida das culturas originais e, conseqüentemente, da natureza. Não sendo, ao meu entender, uma vitória do desenvolvimento contra o atraso. Durante a Revolução Industrial as mulheres e as crianças das classes operárias trabalhavam arduamente em fábricas e estabelecimentos escravizantes, como se faz hoje nas fábricas da Guatemala, da China e de Bangladesh.

É nas fábricas que Marx vai identificar uma situação que chamou alienação do trabalho. **"Eu não tenho mais prazer de ver o fruto do meu trabalho, porque deixei de ser autora dele; sou apenas parte de uma engrenagem."** Ou seja, eu só faço mecanicamente parte do processo para produzir alguma coisa. Eu não tenho controle sobre o processo do início ao fim, para produzir uma panela ou uma calça ...

Junto com esse conceito, vem o conceito de mais-valia:

Mais-valia é a **diferença entre o salário recebido por uma trabalhadora ou trabalhador e o valor do trabalho que produziu. Essa diferença é o lucro do patrão.** É aquele trabalho que não é pago. São as horas a mais que eu trabalho sem receber. Por exemplo: **o patrão resolve investir em tecnologia para aumentar a produção, mas meu salário continua o mesmo.** Eu, que faço o fogão, não ganho nem perto do que o meu patrão vai ganhar com o produto final. Uma trabalhadora produz durante 8 horas; mas o salário que ela recebe por esse dia de trabalho nunca é equivalente ao valor do produto final da sua força de trabalho. Toda relação em que se tem **mais-valia** é uma relação de exploração do trabalho.

Nos séculos finais da Idade Média, o capitalismo começa a se desenvolver substituindo as formas artesanais de trabalho nas cidades por uma divisão social do trabalho, onde alguns mestres artesãos passam a ter a propriedade das ferramentas e das matérias primas e começam a contratar pessoas para produzirem as mercadorias. Um mercado de trocas entre os diversos tipos de mercadoria garantia a venda do que era produzido, garantindo o lucro a quem vendia.

Ao longo da história, as mulheres sempre estiveram em posições subordinadas. O seu trabalho físico e intelectual era invisibilizado e ignorado, seja no âmbito privado, seja no espaço público. O mercado, que é a mola propulsora do capitalismo, sempre foi regido pelas desigualdades, fazendo das mulheres suas principais vítimas. Uma vez que o acesso ao mundo do mercado era responsabilidade do homem, o que era produzido pelas mulheres acabava não tendo um valor. Mas quando se trata de mulheres negras, o processo histórico guarda enormes diferenças, pois além de negras, eram escravizadas. Em uma sociedade que se formava à base da exploração e da opressão, ser mulher e negra

reunia elementos que favoreciam tanto a exploração econômica quanto sexual. Por outro lado, na condição de escravizadas não havia divisão sexual do trabalho, pois eram submetidas aos mesmos trabalhos que os homens. A diferença era que, além da dominação pelo trabalho, as mulheres negras estavam submetidas ao patrão e ao feitor, pela dominação de seus corpos.

Mas será que existe outra forma de pensar o desenvolvimento de um país que não parta da exploração das pessoas?

Será que políticas que tenham como princípio a igualdade de gênero, raça e etnia, não seriam um caminho para irmos construindo outro projeto de desenvolvimento?

Será que valorizando e tornando visível a produção econômica das mulheres, não seria um passo adiante para esse outro tipo de desenvolvimento?

Qual poderia ser a nossa contribuição nesse rumo?



2. AS MANTENEDORAS DO CAPITALISMO

O **liberalismo** era uma doutrina econômica intimamente ligada à burguesia e para a qual defendia liberdade. Os defensores dessa doutrina queriam se ver livres dos reis e expandir seus negócios para as colônias. Mas, para as populações negras que serão escravizadas, para as populações indígenas que serão exterminadas e para as mulheres que serão queimadas na fogueira, era isso que estava previsto.

Surgiu como uma alternativa crítica ao controle que o Estado tinha de grande parte da sociedade, pregando uma não intervenção do Estado na economia. Ele se concretizou com a Revolução Francesa, baseada na igualdade, liberdade e fraternidade. Mas em menos de meio século, tudo o que o liberalismo havia prometido ao povo estava voltado apenas para as classes dominantes. O

Estado não podia mais intervir na relação patrão-empregado. O que fez ele cair foi uma grande crise econômica em 1929, a chamada Grande Depressão, que terminou com a Segunda Guerra Mundial.

Embora no século XX tenha havido uma grande crise internacional do capitalismo, com a ocorrência de duas grandes guerras (1914 a 1917 e 1939 a 1945), é a partir do fim da segunda guerra que o capitalismo se impõe como modelo hegemônico de desenvolvimento, tendo como força vitoriosa os Estados Unidos, que passam a ter controle sobre a economia mundial. Promessas de inclusão social são feitas nesse momento, por meio de um Estado de bem-estar social. Recupera-se a bandeira da Revolução Francesa de 1789 - Liberdade, Igualdade, Fraternidade - dando-lhes um caráter de universalidade. Mas o que se vê na prática é que não

A **Grande Depressão** foi um período de extrema crise nos Estados Unidos. Começou com uma queda drástica da Bolsa de Valores, em 1929, que resultou na falência de muitos bancos, indústrias e pessoas. Começou nos Estados Unidos e se espalhou globalmente, durando até 1939, quando começa a Segunda Guerra Mundial.



Fila de pessoas à espera de comida na Times Square, em Nova York durante a crise de profunda recessão AP. (arquivo)



se tem Liberdade, porque a escravidão se mantém; não se tem Igualdade porque as desigualdades se aprofundam e não se tem Fraternidade porque esse valor vai engolido pelo individualismo e pela competição a qualquer custo.

O fim da Segunda Guerra viabiliza as condições para a nova hegemonia do capital, que se dá com a vitória do projeto estadunidense. Daí chegamos na fase atual de desenvolvimento do capitalismo, que é o Neoliberalismo. Uma doutrina econômica que se estabelece nos anos de 1970, trazendo uma nova roupagem para o liberalismo. Por isso é que se chama NEOLiberalismo. Nasce após uma reunião realizada em Washington, nos Estados Unidos, entre instituições financeiras que resultou no chamado Consenso de Washington, do qual vamos falar adiante.

Nessa reunião as instituições financeiras presentes escrevem uma carta de recomendações para que os países colocassem em prática a política neoliberal. Inglaterra, Alemanha, Itália e Estados Unidos tinham a liderança política, econômica e militar na fase de desenvolvimento do Neoliberalismo.

Posteriormente, o Chile, a partir de 1973, com o início da Ditadura Militar. Seus fundamentos são: mercado máximo, Estado mínimo. Defende o individualismo, a propriedade privada e a mais-valia, tendo por objetivo gerar maiores rendimentos para as elites. O Estado funcionaria apenas como um agente regulador, intervindo a favor daqueles que já controlam a economia.

Por exemplo: na última crise do capitalismo, em 2008, tivemos a intervenção dos Estados Unidos em comprar ações da General Motors - empresa de produção de automóveis - para que ela não viesse à falência. No Brasil, uma das medidas adotadas pelo governo federal no período dessa crise foi a redução das taxas de Imposto de Produtos Industrializados - IPI, para reduzir o preço final dos produtos e, conseqüentemente, incrementar a economia.



A **Escola de Chicago** foi o nome dado a um grupo de professores e pesquisadores da Universidade de Chicago que surgiu nos Estados Unidos em 1910. Voltada para o liberalismo econômico, reunia economistas defensores das teses monetaristas e de mercados livres da intervenção estatal. As teses defendidas por esses profissionais se espalharam, em especial, naqueles países em que o governo estadunidense pretendia dominar pela via das ideias.

As teses monetaristas defendidas pelos economistas da Escola de Chicago são aquelas que enfatizam o papel da política monetária, por meio do aumento da oferta de dinheiro, para a estabilidade de uma economia de mercado.

O Neoliberalismo, como expressão mais moderna do liberalismo, prega a garantia das liberdades individuais e um Estado mínimo. Surgiu nos Estados Unidos, se aprimorando na **Escola de Chicago**, para evitar as falhas econômicas da crise de 1929. Defende que deve ser feito tudo o que for necessário para afastar o Estado da preocupação com as questões sociais e econômicas e a total liberdade do mercado para acumulação de capital.

É durante as ditaduras que vamos ver garantida a aplicação dos pressupostos dos primados da economia e do Estado neoliberal. A América Latina é um exemplo concreto de que só é possível a aplicação desses pressupostos com a cessação de direitos so-

ciais e políticos. O grande laboratório desse projeto de poder vai se realizar no Chile, quando se interrompe brutalmente, na década de 1970, a revolução que está se processando naquele país, durante o governo de Salvador Allende. Dá-se início a uma das mais sangrentas ditaduras da história – a era Pinochet (1973 – 1990).

Vale salientar que essa concepção de desenvolvimento capitalista nunca considerou as mulheres como capazes de influenciar nos rumos de um projeto de país, a não ser para gerarem mais capital/recurso, à custa da exploração de seus corpos e da sua força de trabalho mal paga.

Com o neoliberalismo, foi se configurando uma inserção precária das mulheres no mercado de trabalho, sobrecarregando-as com empregos em que eram superexploradas. Somava-se a isso o trabalho reprodutivo que se mantinha, em larga medida, sob a responsabilidade de mulheres racializadas e não proprietárias. Vale salientar que as mulheres negras sempre estiveram relacionadas ao “mundo do mercado”, seja na atividade produtiva como escravizadas, seja na atividade produtiva pós-abolição, mas sempre subjugadas.

Embora voltado para a garantia, proteção e ampliação do domínio do capital, o Estado procura manter a coesão social por meio de políticas, cuja principal característica tem sido o caráter compensatório e emergencial, na pretensão de amortecer as tensões sociais resultantes de medidas liberalizantes (aquelas propostas para redesenhar a economia do país e promover o crescimento, afastando cada vez mais o Estado da economia – privatização de estatais, da saúde, abertura econômica...).

Os programas de transferência condicionada de renda, o Bolsa Família, por exemplo, se enquadram nessa perspectiva, trazendo para as mulheres mais uma tarefa no campo reprodutivo, colocando-as como “gestoras da pobreza”.

Ao mesmo tempo, faz-se presente a manipulação do Banco Mundial, de conceitos e reivindicações históricas do movimento feminista, no sentido de barrar o avanço da luta anticapitalista protagonizado cada vez mais pelas mulheres.

Na década de 1980, o neoliberalismo passa a ser associado às reformas econômicas implementadas no Chile, nos anos de 1970. Vale salientar que o Chile foi a referência do Ministro da Economia do Governo Bolsonaro para a formulação da Reforma da Previdência que naquele país, foi responsável pelo aumento da miséria, da depressão e de suicídios entre pessoas idosas.

No Brasil, o Neoliberalismo tem início no governo Fernando Collor, na década de 1990, mas a abertura econômica, que é a expressão primeira do neoliberalismo, teve seu auge no governo de Fernando Henrique Cardoso. É nesse período que se inicia o desmonte da universalização dos direitos e garantias sociais previstos na Constituição Federal de 1988.



A Companhia Vale do Rio Doce (hoje conhecida por Vale) e a Companhia Siderúrgica Nacional, estatais lucrativas e competitivas, foram privatizadas nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Collor de Melo. O Brasil seguiu esse caminho até no governo Lula: venda do Banco do Estado do Ceará, em 2005, concessões do transporte rodoviário e ferroviário para empresas, por meio das Parcerias Público-Privado (PPP).



Parceria Público-Privado (PPP)

é um contrato feito entre o Estado e uma empresa, onde esta se compromete a realizar e manter uma obra ou serviço. A prestação do serviço tem prazo de cinco a 30 anos, podendo ser prorrogado. O Estado, em contrapartida, paga a empresa de acordo com o serviço prestado. Uma parte desse pagamento vem do governo; outra parte vem do usuário do serviço ou da obra que foi construída. Vencido o contrato, o que foi construído é do governo.

No governo Temer o processo de privatizações foi acelerado com a venda da Lotex – Loteria Instantânea Exclusiva, leilões de aeroportos, ferrovias, rodovias e portos, somente em 2018. Através de várias modalidades (privatização, concessão, arrendamento, dentre outras), o governo transferiu para a iniciativa privada o controle e a gestão dessas empresas.

O atual Presidente – Jair Bolsonaro, anunciou, como meta de seu mandato, vender dezenas de estatais com o objetivo principal de afastar o Estado de sua função de gestor do desenvolvimento. Estão na mira: Correios, Telebrás, Casa da Moeda, DataPrev, dentre outras, já tendo sido vendidas três subsidiárias da Petrobrás (TAG, BR Distribuidora, Stratura Asfaltos) e BB Turismo, subsidiária do Banco do Brasil.

Quais seriam então os principais contornos do sistema do capital no atual contexto? A sua financeirização, ou seja, um progressivo deslocamento da produção em direção às finanças,

aumentando o poder do capital financeiro e bancário, com a riqueza concentrada num número cada vez menor de capitalistas; uma grande concentração de riqueza e poder; um grande crescimento das corporações transnacionais; a privatização da política, da vida social e do Estado. Tudo isso sustentado pela repressão e por formas aviltantes de relações sociais.

Consideradas partes integrantes e responsáveis pela promoção do neoliberalismo, estão as instituições financeiras multilaterais. São elas que mantêm o funcionamento do sistema capitalista.

Exercem três importantes papéis para que suas funções se mantenham:

- a) emprestam recursos aos governos: federal, estaduais e municipais, para o financiamento de políticas públicas e projetos setoriais, ou então para



Instituições Financeiras Multilaterais são organismos internacionais formadas por representantes de governos de países acionistas, ou seja, países que depositam um percentual de recursos para que elas funcionem e cumpram seus objetivos. São, portanto, instituições públicas que, por meio de empréstimos e/ou assessoria, foram criadas para contribuir com o desenvolvimento de seus países-membros.

pagamento de suas dívidas, ou seja, aquelas contraídas por esses governos para com essas instituições.

- b) prestam assessoria aos governos na elaboração e execução de suas políticas;

- c) avalizam o país tomador de empréstimo junto ao sistema financeiro internacional, para que possam fazer novos empréstimos.

Por meio desses empréstimos é que os governos acabam se tornando escravos das recomendações dos bancos internacionais ou incorporam aquelas determinações como suas.

Como é que essa dependência se estabelece:

Pelo oferecimento de ajuda financeira pela via de empréstimos mediante condicionalidades, além de assistência técnica e política. Esse conjunto de assistências impede que o país tomador de empréstimos possa usar aquele recurso tanto para melhorar as condições de vida da população com investimentos, quanto para saldar sua dívida. Como isso não acontece, aquela dívida começa a crescer.

Mas o que é que uma instituição do sistema capitalista pretende de verdade quando oferece essa ajuda? O que ela quer mesmo é ir assumindo o controle sobre as políticas daquele país e de suas riquezas naturais para o atendimento de projetos de seus interesses, como por exemplo, o desenvolvimento de pesquisas com os bens da natureza, seja para cura seja para invenções na área da tecnologia.

3. A DÍVIDA E AS ESTRUTURAS DE PODER QUE A LEGITIMAM

O QUE É DÍVIDA:

Dívida é a obrigação que uma pessoa ou um órgão assume de pagar, reembolsar ou retribuir algo a outro sujeito, o credor ou credora.

Pode ser classificada em:

- **EXTERNA:** É contraída no exterior. Quando os fluxos financeiros (o que entra e o que sai) ocorrem em moeda estrangeira. Ou seja, eu recebo em moeda estrangeira, troco para poder usar e também pago em moeda estrangeira.
- **INTERNA:** Quando é paga no próprio país, em moeda nacional, ou seja, em Reais. É o total dos débitos assumidos pelo governo junto a bancos, empresas e pessoas físicas residentes no país e no exterior, pagos em moeda nacional. É também fruto da emissão de títulos públicos vendidos no mercado financeiro.

Para conseguir o empréstimo, o Estado emite títulos, como as notas promissórias, que são vendidas em diferentes mercados.

EXISTEM DOIS TIPOS DE DÍVIDA: PÚBLICA E PRIVADA.

Quando dizemos que uma dívida é pública ou privada, estamos nos referindo a quem fez o empréstimo. Se for uma pessoa física ou uma empresa privada, a dívida é privada. Se for um órgão público, a dívida é pública.

DÍVIDA PÚBLICA: é aquela contraída (feita) pelo governo federal, estadual ou municipal para financiar o déficit orçamentário do governo. Déficit é quando as despesas do governo são maiores do que suas receitas, nele incluído o refinanciamento da própria dívida. E ainda feita por empresas estatais (CONAB, Embrapa...) ou empresas privadas. É também feita para realizar operações com finalidades específicas definidas em lei.

Títulos Públicos são papéis de renda fixa, emitidos pelo Tesouro Nacional, para financiar a Dívida Pública Nacional. Ao comprar um título, você está emprestando para o governo brasileiro em troca do direito de receber, no futuro, uma remuneração por esse empréstimo, ou seja, você recebe o que emprestou mais os juros sobre o empréstimo.

Mercado Financeiro é um seleto grupo de bancos e outras instituições financeiras nacionais e estrangeiras (apenas 12 instituições) que têm preferência na compra de títulos emitidos pelo Tesouro Nacional.

Tesouro Nacional é o órgão do Ministério da Fazenda responsável pela administração dos recursos financeiros do país.

Esses empréstimos são feitos pelos governos junto a instituições financeiras públicas ou privadas, bem como junto a empresas, organismos nacionais e internacionais, pessoas ou a outros governos.

A dívida pública é, portanto, a soma de tudo aquilo que todos os órgãos do Estado brasileiro devem, incluindo o governo federal, estados, municípios e empresas estatais.

Como essa dívida é muito alta, primeiro porque os governos não priorizaram investimentos internos para que o mercado interno possa funcionar, movimentando a economia, e segundo porque sobre essa dívida os juros são exorbitantes, ela só tende a aumentar. Investimentos internos gerariam mais empregos, o que geraria mais renda para os estados, mas como os governos fazem pouco disso, o dinheiro que pedem emprestado vai quase todo para pagamento de juros da dívida contraída. Em resumo: quanto mais o país paga, mais deve.

De que modo o Estado brasileiro se endivida:

- com o financiamento para novos gastos públicos em bens e serviços (por exemplo, despesas com educação, construção de novas obras...);
- gastando com juros sobre as dívidas contraídas no período anterior;
- com a política monetária e cambial, no caso do governo federal.

DÍVIDA PRIVADA: é contraída por empresas privadas e bancos, mas muitas vezes, quando eles não pagam suas dívidas, é o Estado quem assume, atuando como um fiador, porque em geral esses empréstimos contam com o aval do governo federal.

Como isso acontece: quando a empresa privada - por exemplo, Vale, Odebrecht, e outras - está com incapacidade de pagar a quem pediu emprestado, ou seja, está insolvente, aquela dívida é estatizada e o pagador passa a ser o Estado.

É bom saber que tanto a dívida pública quanto a privada resultam em remessa de recursos para o exterior.

Política Monetária é o conjunto de medidas tomadas pelo Banco Central para interferir na circulação de moeda e na relação oferta e demanda do mercado financeiro. Ou seja, controlar o dinheiro em circulação, as taxas de juros e o crédito do país. É uma ferramenta de controle da economia.

O controle que o governo faz da taxa de juros na economia (taxa SELIC), é usado como forma de retrainir o consumo quando tem muito dinheiro circulando, ou para incentivar o consumo quando tem pouco dinheiro circulando. O executor da política monetária é o Banco Central.

Política Cambial é o conjunto de medidas adotadas pelo Banco Central em favor de sua moeda, visando controlar sua relação com as moedas estrangeiras. Seu objetivo é manter um equilíbrio entre a entrada e saída de moeda estrangeira dentro do país.

A **taxa de câmbio** é o preço da moeda nacional em relação às moedas estrangeiras, ou seja, representa o valor que o país aceita para negociar sua moeda. Por exemplo: o preço do Real em relação ao Dólar. Esse valor da moeda nacional pode aumentar ou diminuir em relação a outras moedas.

3.1 Origem da Dívida

DÍVIDA É UMA INVENÇÃO MODERNA? NÃO.

A dívida não existe desde agora. Ela faz parte da nossa história.

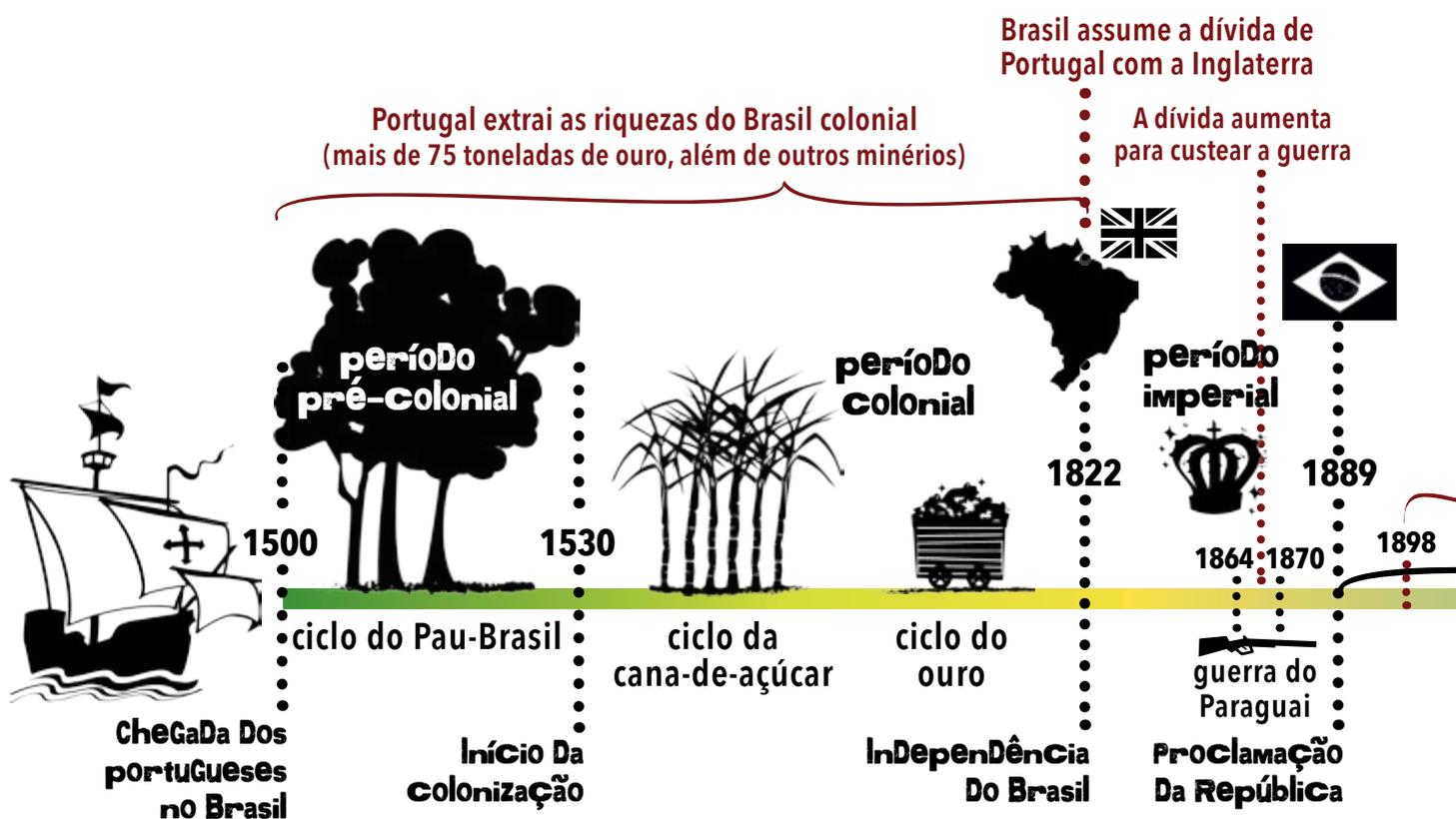
Quando o território brasileiro foi invadido pelos portugueses e virou colônia de Portugal, além de matar e escravizar os povos indígenas e depois negros e negras vindos de outros países, eles retiraram daqui, só de ouro, 75 mil quilos, que significaram mais de 5,5 bilhões de dólares, além de outros minérios.

Para que o Brasil ficasse independente de Portugal, D. Pedro I colocou como condição que o governo assumisse a dívida que os portugueses tinham com a Inglaterra. E foi o que aconteceu. Com a Independência, o Brasil passou a ter governo próprio, passou a ter dívida. O credor do Brasil passou a ser a Inglaterra.

A dívida cresceu mais ainda com a guerra do Paraguai, pois o governo pediu novos empréstimos à Inglaterra (ao governo, empresas, banqueiros) para custear uma guerra que também lhe interessava. Pretendia defender seu território e ter livre circulação sobre o Rio da Prata, já o Paraguai pretendia anexar o Rio Grande do Sul e o Mato Grosso ao seu território. Daí os juros foram crescendo e os governos se endividando cada vez mais para pagar suas dívidas.

Houve um período, já na República (entre 1898 e 1911) que o governo decidiu não pagar a dívida. O presidente Campos Sales fez um acordo com a Inglaterra, que resultou na suspensão do pagamento da dívida por 13 anos.

Em 1931, o presidente Getúlio Vargas não só suspendeu o pagamento da dívida, como fez uma auditoria, constatando muitas irregularidades (60% da dívida era ilegal). Desse fato, resultou o cancelamento de grande parte da dívida, possibilitando investimentos no desenvolvimento industrial do país. Vale salientar que Vargas



suspendeu duas vezes o pagamento, e em 1943 fez um acordo definitivo com os credores.

O ministro da Fazenda à época, Osvaldo Aranha (1931 -1934), já criticava a forma como os empréstimos haviam sido aprovados, pois no seu entendimento eram feitos apenas para pagar outros empréstimos. Defendia que o país parasse com aquela prática. Nesse acordo, a dívida caiu de 237 milhões de libras esterlinas (moeda oficial da Inglaterra, Escócia, País de Gales, Irlanda do Norte) para 169 milhões de libras esterlinas.

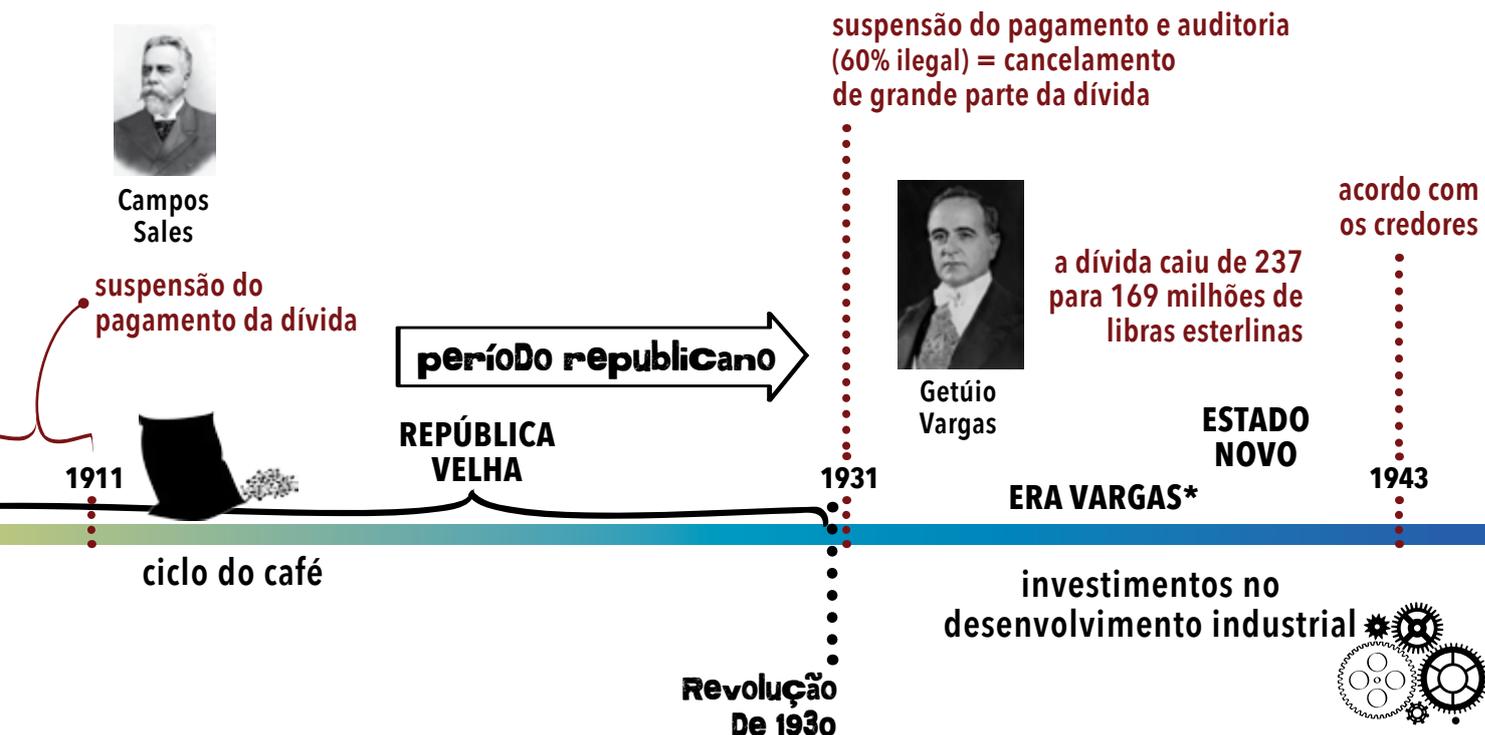
Durante os governos de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e João Goulart (conhecido por Jango), até a década de 1960, houve suspensão do pagamento dos juros da dívida, não pagamento da parte negociada com bancos estrangeiros, além de medidas de política financeira que desagradaram muitos investidores internacionais. Nesse período a dívida chegou a 3,8 bilhões de dólares.

É nessa crise que o governo Jango recorre ao FMI

(Fundo Monetário Internacional) pela primeira vez, com pedido de empréstimo. E é também nesse período que as forças reacionárias no país, com apoio do governo estadunidense, começam a dar corpo ao golpe de 1964, que resultou na ditadura, no momento em que Jango propõe seu projeto de reforma de base, dentre elas, a reforma agrária e a reforma trabalhista.

Mas a pior fase da dívida externa começa mesmo durante a ditadura civil-militar, em função de volumosos empréstimos feitos pela Junta Militar. O grande endividamento externo ocorre na década de 1970, quando são contratados empréstimos e financiamentos para expandir a economia nacional. Nesse período, o governo brasileiro, à custa de um alto endividamento, realizou grandes investimentos em infraestrutura voltados para a indústria, mineração, rodovias, sem levar em conta as questões sociais.

Nos 21 anos de ditadura civil-militar a dívida aumentou 42 vezes. Foi de 2,5 bilhões de dólares em 1964, para US\$ 105 bilhões, em 1985. Em 1983, a junta civil-militar negociou novo empréstimo



com o FMI e, dessa vez, submetendo-se a um Programa de Ajuste Estrutural imposto pelo Fundo, em comum acordo com os bancos internacionais.

As condições para o empréstimo foram chamadas de ajuste estrutural porque o que aquelas instituições financeiras queriam mesmo era ajustar as contas, a organização e a estrutura do país, de modo que atendessem a seus interesses. O bom desempenho desse programa era também condição para que fossem avalizados por essas instituições, novos empréstimos com outras instituições.

Desde esses novos empréstimos, o país passa a ser monitorado sucessivamente pelo FMI por meio de suas missões – duas por ano. No último mandato do presidente Lula isso não foi mais necessário, não porque o FMI confiava no desempenho do governo na efetivação das regras do ajuste, mas porque o lulismo absorveu aquela agenda como sua, embora tivesse adotado as políticas compensatórias já praticadas no governo de Fernando Henrique, sendo esse o anestésico dado aos movimentos sociais, para que não questionassem publicamente as medidas tomadas pelo governo na economia, como por exemplo, a

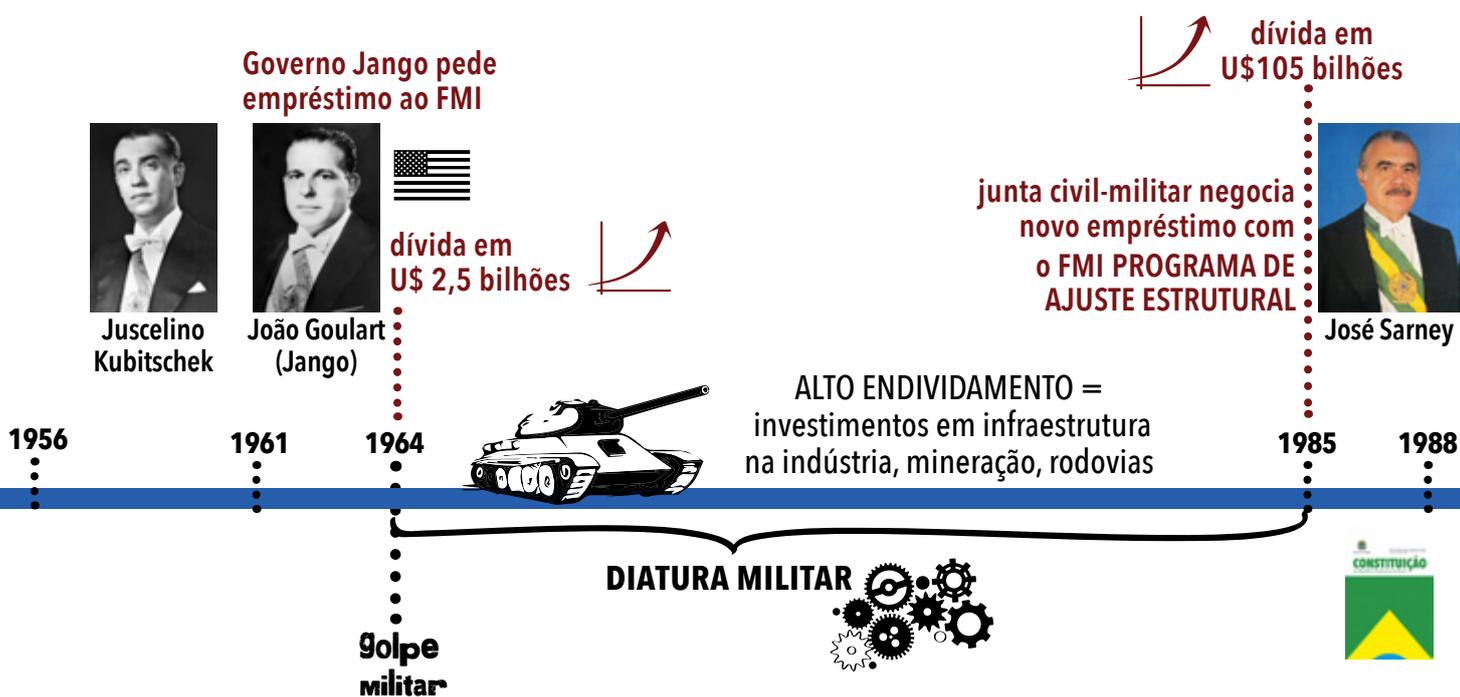
nomeação do presidente do Banco de Boston para presidir o Banco Central – o Henrique Meirelles.

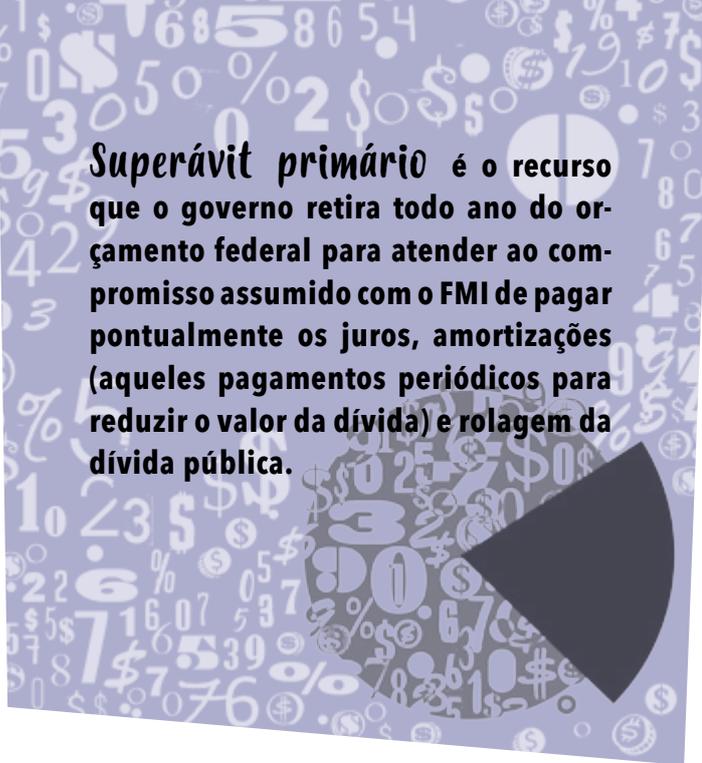
No período de FHC, o Brasil recebeu 282 bilhões de dólares em empréstimos, sendo mais da metade usado para pagar os juros da dívida. No final de seu segundo mandato (2002), ela alcançava 210 bilhões de dólares.

Na década de 1990, os governos continuam a pôr em prática as medidas de ajuste estrutural, em especial, abrindo o país para a entrada de capitais estrangeiros, emitindo títulos da dívida pública, à custa da produção nacional. Aqui começa a submissão do governo brasileiro às metas de superávit primário.

Essa reserva, que é chamada de superávit primário, equivale a um percentual de tudo o que o país arrecada com tributos, privatizações, congelamento de salários, emissão de novos títulos e cortes nos gastos sociais, para o pagamento da dívida.

Quando retira do orçamento esses valores, o governo está deixando de aplicar recursos, por exemplo, em políticas de enfrentamento à violência contra a mulher.





Superávit primário é o recurso que o governo retira todo ano do orçamento federal para atender ao compromisso assumido com o FMI de pagar pontualmente os juros, amortizações (aqueles pagamentos periódicos para reduzir o valor da dívida) e rolagem da dívida pública.

dívida pública da história do país. Em duas gestões, seu governo pagou de juros, amortizações e rolagem da dívida, 4,736 trilhões de Reais. Ao final de seu mandato, foi de R\$ 2,837 trilhões o total do endividamento repassado ao governo Dilma (janeiro de 2011).

Quando Dilma assumiu, as políticas sociais sofreram uma sangria maior, com a retirada crescente de recursos do orçamento federal para garantir o pagamento dos juros e amortizações da dívida pública, chegando a R\$ 55 bilhões. Esse foi o maior corte já ocorrido no orçamento, para pagamento do superávit primário.

A dívida pública atual consome mais da metade do orçamento federal e está entre as maiores do mundo. Em 2018, foram pagos somente de juros e amortizações da dívida, R\$ 1,065 trilhões.

Desde que Jair Bolsonaro foi eleito, ele vinha alegando que, se não fosse feita uma economia nas contas públicas, o governo iria quebrar. Sem apresentar algo que comprovasse o que afirmava, ele apressou a efetivação de todas as medidas de ajuste, em especial, a reforma da Previdência.

Desde então, o endividamento passou a ser por emissão de títulos e quem comprava esses títulos virava credor da dívida brasileira (que podiam ser bancos, fundos de pensão nacionais e estrangeiros, bancos de investimentos, pessoas físicas, dentre outros).

Os governos Lula e Dilma mantiveram a mesma lógica, ou seja, pagar uma dívida que garante aos bancos lucro recorde, em detrimento de investimentos em políticas públicas. Lula deixou como herança a maior

**AJUSTE ESTRUTURAL
SUPERÁVIT PRIMÁRIO**


dívida em
U\$ 210 bilhões


dívida em
R\$ 2,837 trilhões

R\$ 1,065 trilhões
pagos em juros e
amortizações da dívida



Fernando Collor



Itamar Franco



Fernando Henrique Cardoso



Lula



Dilma Rousseff



Michel Temer



Jair Bolsonaro

1990
1992
1995

2003

R\$ 4,736 trilhões pagos em juros, amortizações e rolagem da dívida

2011

2016
2018

Mas o que acontece é que essa economia era para gerar a quantia necessária ao pagamento dos juros e amortizações da dívida pública. Mas como é que o governo foi operando seu propósito? Abrindo nossas fronteiras; oferecendo territórios indígenas ao setor extrativo, mineiro e energético; descumprindo legislações que reconhecem os direitos desses povos; oferecendo nossas empresas estatais ao capital privado e abdicando da nossa soberania.

Tudo isso sob a falsa alegação de que o governo não tem recursos para pagar as contas. Esse tipo de medida se traduz numa evidente reconfiguração espacial de domínio e extorsão de bens naturais em solo e subsolo brasileiro, tanto para satisfazer o governo estadunidense, uma vez que o atual presidente está associado ao Departamento de Estado Americano no cumprimento de seus objetivos, como às empresas estrangeiras e à elite econômica do Brasil. Não é à toa também que no início do ano o FMI reiterou ao governo que a reforma da Previdência era um fator-chave para a sustentabilidade das finanças públicas, insistindo na sua aprovação.

A reforma da Previdência foi aprovada no final de 2019, embora as organizações da sociedade civil, em especial o Jubileu Sul Brasil, tenham alertado parlamentares e representantes do governo de que não é acabando com o sistema de previdência pública que o governo irá resolver o problema do abismo financeiro em que se encontra.

Empréstimos que geram dívida para um país ou para um Estado deveriam ser utilizados como um complemento ao orçamento, para que o governo pudesse viabilizar mais investimentos em áreas estratégicas para a vida das pessoas, como saúde, emprego, educação, cultura, segurança...

Mas na realidade, os empréstimos deixam de ser um mecanismo de financiamento das políticas de Estado, para serem instrumentos de dependência em relação aos bancos internacionais e a outras instituições de financiamento.



Integrantes do Jubileu Sul Brasil no Congresso Nacional denunciando a mentira da Reforma da Previdência

E POR QUÊ?

Porque geram uma dívida inútil para o país que realiza uma enorme sangria nas finanças públicas, tanto pela retirada de uma quantidade enorme de recursos orçamentários para pagamento de juros, amortizações e rolagem dessa dívida, como por meio da emissão de títulos públicos.

Os juros pagos vêm do superávit primário; as amortizações vêm de tributos, pagamentos das dívidas de estados e municípios, lucros das estatais e outras fontes; para a rolagem da dívida são emitidos títulos públicos.



Rentistas são pessoas que vivem de renda, de rendimentos, da especulação financeira. Dentre estas, estão aquelas 28 pessoas que investem grandes quantias em títulos do governo, fundos de investimentos e em outros títulos com o mesmo fim, ou seja, fiquem cada vez mais ricos com um simples apertar de botão.

Resumindo: quem sai ganhando com a dívida são os bancos e os rentistas.

É certo que às vezes o recurso emprestado entra nos cofres do governo para fazer determinada obra, para aperfeiçoamento ou implantação de uma política de Estado. Mas o que o governo retira do orçamento para

ir pagando o que já tem acumulado de dívida, limita as suas possibilidades de oferecer para a população, com qualidade, o que ela realmente precisa. Desse modo, o endividamento acaba reforçando o colonialismo na esfera econômica, política e cultural dos povos de países devedores, transformando-se num grande investimento do sistema financeiro utilizado para dominar e excluir.

Os empréstimos, da forma como são feitos, não resolvem nem para cobrir desequilíbrios nas contas públicas, nem para gerar o crescimento dos países. O que os governos pagam de juros, amortizações e rolagem da dívida extrapola a sua capacidade de, ao mesmo tempo, cumprir os compromissos com o sistema financeiro e investir no desenvolvimento interno.

Temos visto que a dívida vem sendo a justificativa para todo corte de gastos, especialmente da área social, no orçamento federal. Tudo é cortado para pagar a dívida (cortes na educação, na saúde, nos investimentos públicos...). Não é isso que o governo tem dito?

O mais grave é que esses cortes se concentram em setores com um número muito expressivo de mulheres, em especial de mulheres negras, e que dependem de mulheres. Que setores são esses? Saneamento, educação, serviço social, saúde... Atualmente, ela é também justificativa para as privatizações e outras reformas, como a reforma tributária e a reforma trabalhista (aprovada em 2018).

A PEC 95 (Proposta de Emenda Constitucional) aprovada no governo Temer, conhecida como "PEC do Teto dos Gastos Públicos", congelou, a partir de 2016, todos os gastos com os serviços públicos durante 20 anos. Enquanto isso, o gasto com o pagamento da dívida não foi congelado.

Todas essas medidas que estão sendo implementadas pelo governo, e outras que faltam ser consolidadas ou ainda virão, estão naquele Programa de Ajuste exigido pelo FMI e sobre o qual tratamos anteriormente.

4. A DÍVIDA E AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS MULTILATERAIS

Quem são os supostos credores da dívida?

Aqueles que exigem dos governos um pagamento sobre o dinheiro que investiram no país. Eles são muitos, mas vamos tratar de alguns dos quais já escutamos falar e que estão em nossos estados e municípios há muito anos, emprestando dinheiro e, ao mesmo tempo, influenciando nas políticas de diferentes formas.

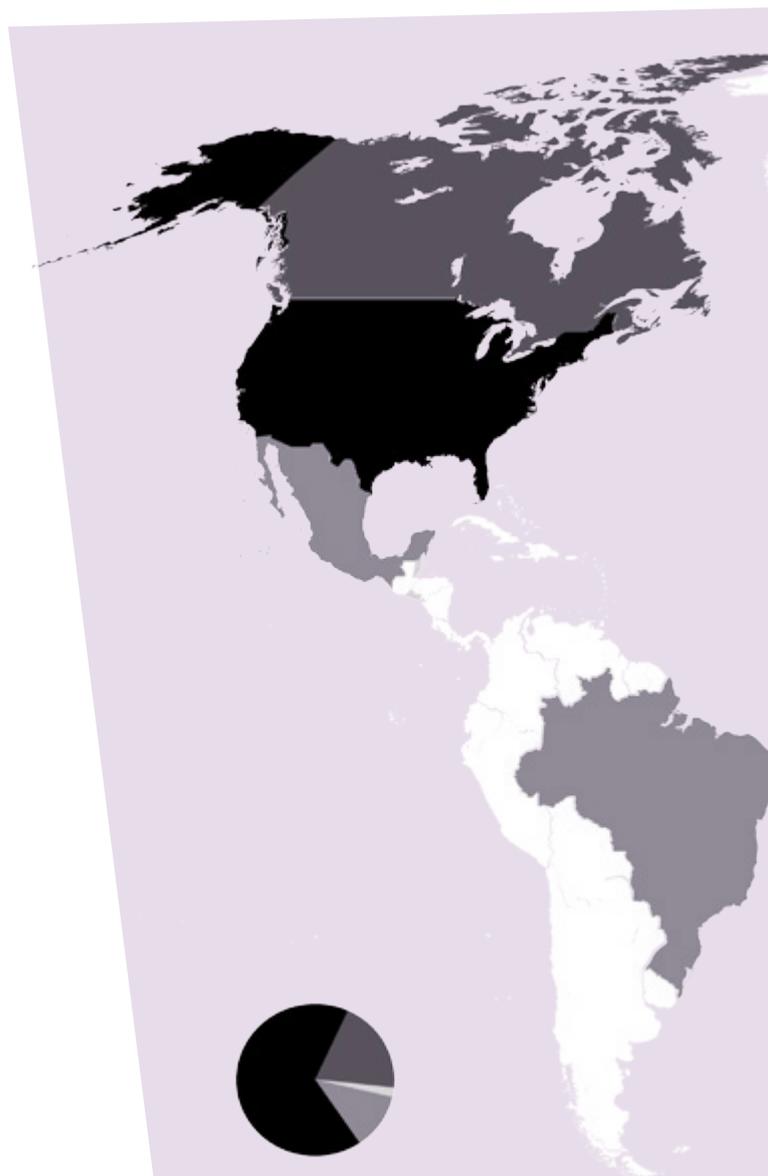
Vamos tratar do: Fundo Monetário Internacional - FMI, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e Corporação Andina de Fomento - CAF.

A partir da Primeira Guerra Mundial, os britânicos foram perdendo a hegemonia, ao mesmo tempo em que os Estados Unidos começam a assumir o papel de grande credor internacional, deslocando o centro do poder econômico mundial, diante de uma Europa em guerra. Além do mais, os países ricos queriam garantir que os empréstimos, que haviam feito durante as guerras, fossem assumidos e pagos pelos países devedores.

Antes do fim da Segunda Guerra Mundial, O FMI e o Banco Mundial são criados em uma Conferência Financeira e Monetária organizada pela Organização das Nações Unidas - ONU, em 1944, em Washington. Essa conferência tinha como objetivo chamar os 44 países que dela fizeram parte, para traçarem novas regras para a economia mundial que estava em crise, em função das destruições causadas pelas guerras e pela ausência de uma moeda internacional única. Isso significava montar um sistema monetário internacional, criando uma organização para monitorar esse sistema.

O FMI nasce com a função de socorrer países em crise financeira por meio de empréstimos ou ajudar outros países a equilibrar suas finanças. Esses países precisavam estar aptos para buscar fundos para sua reconstrução, tendo em vista que as guerras os haviam deixado devastados e endividados.

A participação dos países no Fundo se dá por meio de cotas. São 188 membros e dentre estes está o Brasil, que em 2010 passou a fazer parte do grupo dos 10 países com maior cota no FMI, ao lado dos Estados Unidos



(que tem o maior poder no Fundo e é sempre quem nomeia o presidente), Japão, Reino Unido, França, Itália, Alemanha, Rússia, Índia e China. A cota do Brasil passou de 1,78%, em 2008, para 2,32% em 2010.

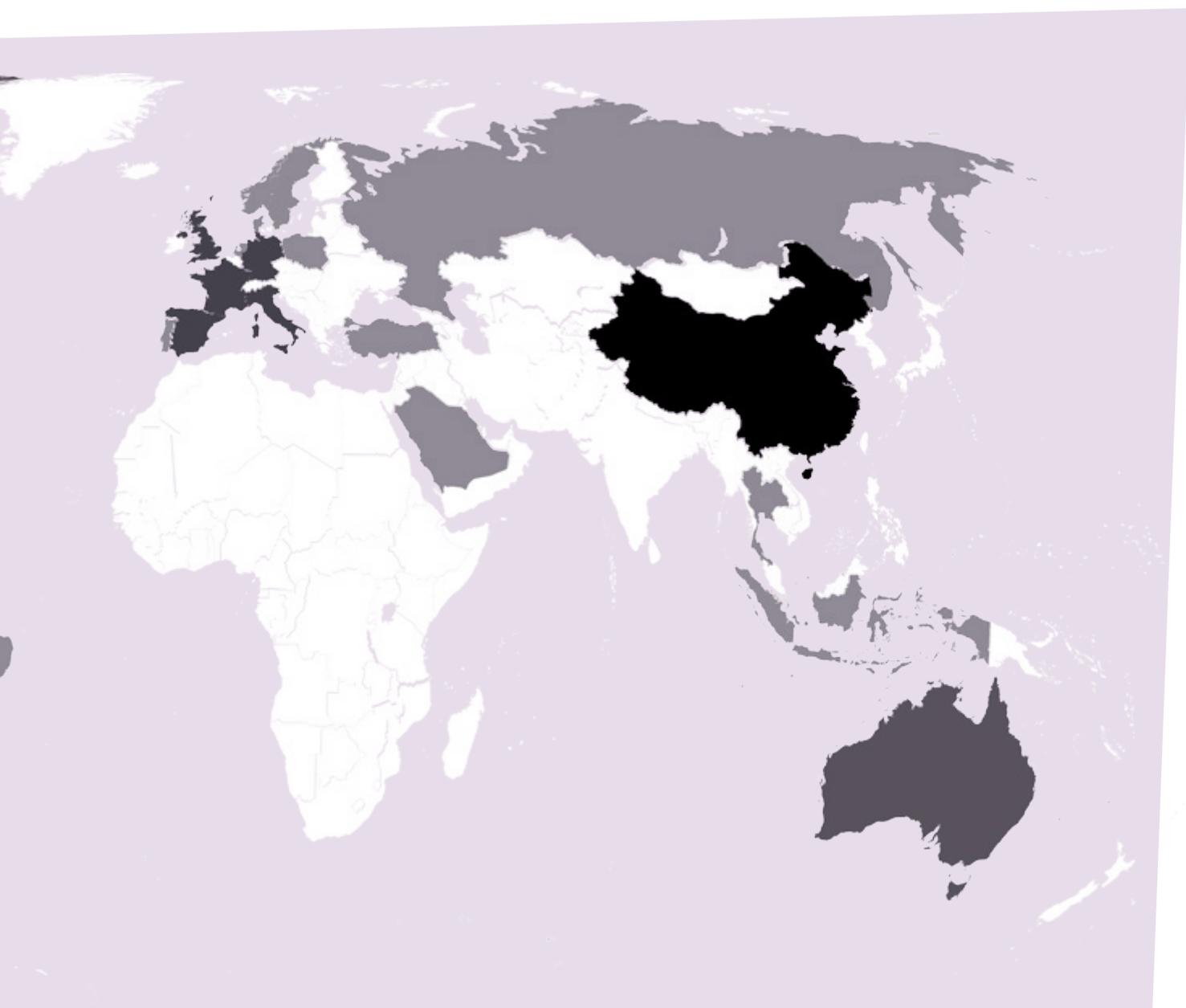
O Banco Mundial e o BID nasceram para complementar o papel do FMI. O primeiro junto com o FMI, o segundo alguns anos depois. Eles tinham por objetivo emprestar o dinheiro para a reconstrução dos países afetados pelas guerras e para aqueles que estavam em situação de pobreza.

O Banco Mundial é sempre presidido por um europeu, sendo a maior agência de empréstimos a longo prazo para países em desenvolvimento. É composto por 188 países-membros. Os Estados Unidos contam com 15,85% do total de votos no banco, tendo sido o principal acionista e o país membro mais influente,

sendo ainda o único país com direito a veto no banco. O Brasil detém 2,24% do poder de voto e participa do Conselho de Diretores do banco.

As **Cotas** são um componente central dos recursos financeiros do FMI. Para cada país-membro é atribuída uma cota, de acordo com sua posição na economia mundial.

Quanto mais forte o país, maior sua cota e seu poder de influência no mundo.



No início o banco só emprestava aos governos federais. Na década de 1980, com o desgaste de suas políticas de alívio da pobreza e a fraca contribuição às Metas de Desenvolvimento do Milênio, ele se volta para estados e municípios, tanto emprestando dinheiro, como promovendo assessoria técnica para o que chamou de "boa governança e gerenciamento do desenvolvimento" o que, no nosso entendimento, aumentou seu poder de influência nas políticas públicas, guiadas pelo mercado e pelos investimentos.

A partir de 2012, o banco diminui seus empréstimos ao Brasil e amplia sua contribuição no nível da geração e transferência de conhecimento.

O BID surge logo depois, em 1959, com o objetivo de realizar empréstimos para reduzir a pobreza e fomentar a integração regional e o desenvolvimento sustentável.

Constituído por 48 países-membros (26 são latino-americanos), é o mais importante banco das Américas e Caribe e empresta tanto para governos como para empresas privadas. Os Estados Unidos detêm 30,006% do poder de voto. O Brasil é o 2º país com maior poder de voto - 10,354%, tendo também assento no Conselho de Diretores do BID.

Estados Unidos e Japão são os principais acionistas do Banco Mundial e BID, portanto, têm maior influência sobre sua política do que os outros países. A partir de seus interesses, pressionam os países mutuários (aqueles que pedem empréstimos) a se organizarem no sentido de atender aos interesses e conveniências de ambos, além de influenciarem nas políticas internas daqueles países.

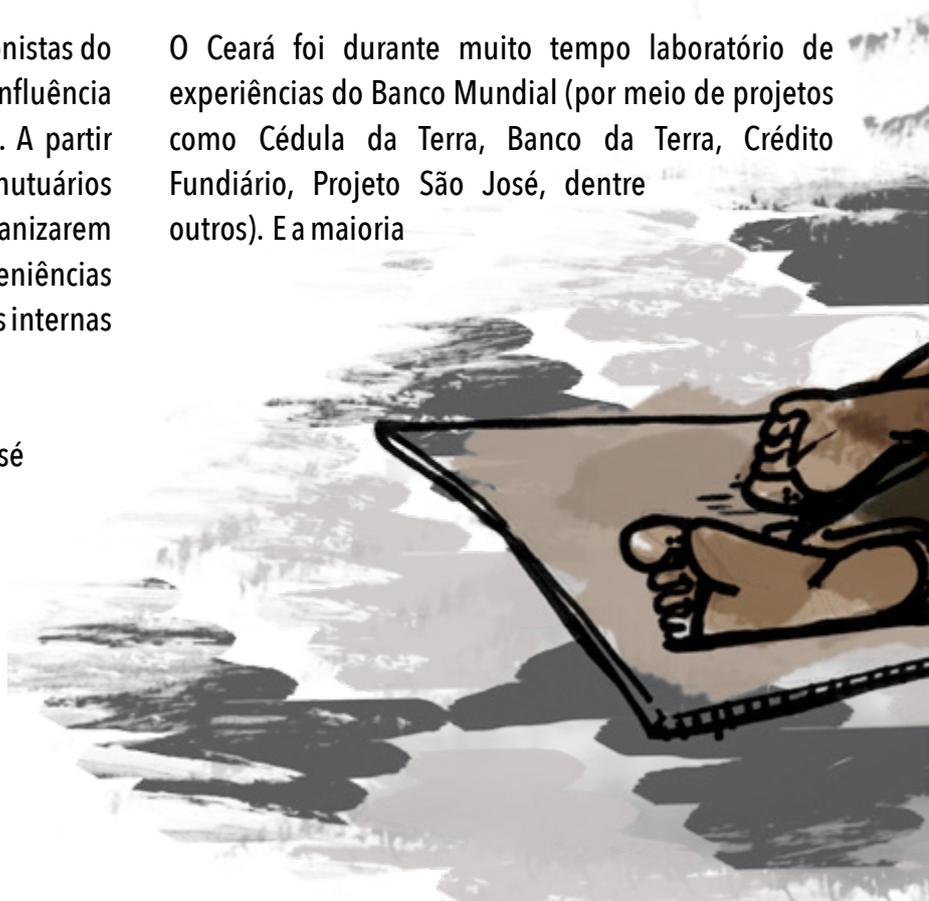
Em diversas cidades brasileiras, como São José dos Campos, São Paulo, é visível o papel do BID e seus impactos sobre a vida da população, promovendo financiamento para o "desenvolvimento" com remoções forçadas e gerando inúmeros problemas para a população que vive nestas cidades.

A CAF, hoje denominada Banco de Desenvolvimento da América Latina, foi criada em 1968, com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento e a integração regional. Tem como prioridade projetos de investimentos, principalmente de infraestrutura viária e urbana. Financia tanto governos quanto o setor privado. É composta por 19 países-membros, sendo 17 da América Latina e Caribe, mais Espanha e Portugal e 14 bancos privados.

O Brasil tem papel de destaque na CAF, tanto como maior acionista quanto como destino de seus financiamentos, tendo 8,1% de poder de voto. A partir de 2015, o Brasil elevou seu capital na CAF, passando de US\$ 467 milhões para US\$ 617 milhões. Desde então, passou a ter um diretor permanente e um volume maior de recursos para contratação de novos financiamentos, e está entre os 11 sócios, passando a ser membro especial.

Vale salientar que o Brasil tem muita influência na cooperação internacional, segundo os diretores dessas instituições, pelo seu potencial de replicabilidade de experiências consideradas exitosas, tanto no que se refere a projetos de desenvolvimento como no que tange à execução de políticas públicas.

O Ceará foi durante muito tempo laboratório de experiências do Banco Mundial (por meio de projetos como Cédula da Terra, Banco da Terra, Crédito Fundiário, Projeto São José, dentre outros). E a maioria



da população que vive nas áreas onde essas iniciativas foram implementadas encontra-se na extrema miséria.

Atualmente, estão em operação no Brasil mais de 12 agências multilaterais. Estes são os bancos mais representativos no que se refere ao financiamento do processo de desenvolvimento do Brasil, que figura como o maior tomador de empréstimos do Banco Mundial na América Latina e Caribe, o principal destino dos financiamentos do BID, tendo a segunda maior carteira de projetos junto à CAF.

Nos últimos tempos é possível observar que o rentismo vem se apresentando muito mais transnacionalizado. Basta ver as frequentes fusões entre bancos e empresas, com uma atuação muito mais agressiva e ampla nas políticas de Estado, determinando, inclusive, o rumo dessas políticas. O resultado



disso tem sido um forte aprisionamento das questões nacionais à agenda do capital financeiro e especulativo.

A partir de 2007, esses bancos redirecionaram seus financiamentos para estados e municípios, por pressão dos governantes junto ao governo federal, mas também como decorrência de uma estratégia conjunta com o governo Lula, para que continuassem justificando sua atuação no Brasil, tendo em vista o desinteresse do governo em acessar grandes empréstimos, em função do forte papel que o BNDES passou a ter no país.

No governo Dilma, os recursos destinados a estados e municípios alcançaram mais de 75% do total das aprovações. Ao mesmo tempo, passaram a promover assistência técnica aos ministérios e outros órgãos da União, de modo a formatar os conceitos, as metodologias e as políticas a serem implementadas pelo Estado brasileiro.

Em verdade, para além do financiamento, o que tem interessado a esses bancos na relação com o Brasil é o papel que desempenham em termos de geração de conhecimento, da capacidade de se associarem ao governo para a definição de potenciais áreas vantajosas de investimento, que resultem em projetos de elevado valor agregado e a assistência técnico-política.

4.1 O Ajuste Estrutural

Até o ano de 1971, o FMI vinha promovendo políticas como solução para estabilizar economias periféricas diante do sistema financeiro internacional. Desde aí, as chamadas soluções para a situação de pobreza dos países não encontravam eco. Ao contrário, os governos apenas se endividavam cada vez mais.

É esse o pano de fundo que vai levar aos questionamentos, por diferentes setores da

sociedade civil, dentre elas o Jubileu Sul e Américas, das políticas apresentadas pelo Fundo Monetário, cuja primeira geração ficou conhecida como políticas de ajuste estrutural.

Nos anos de 1980, o FMI passa a administrar as crises dos países devedores, visando garantir os interesses dos grandes bancos privados (localizados nos países ricos), credores de bilhões de dólares junto aos países que expuseram a impossibilidade de pagar suas dívidas.

No final daquela década, o FMI reuniu-se com os bancos em Washington, para avaliar os efeitos daqueles ajustes econômicos e dar uma resposta às críticas sobre a atuação de suas políticas. Resolvem então celebrar um acordo sobre que políticas de ajuste estrutural passariam a ser condicionalidades para todos os empréstimos a serem demandados. A esse acordo deu-se o nome de "*Consenso de Washington*".

Tratava-se de um conjunto de políticas a serem exigidas para trazerem uma estabilidade macroeconômica ao sistema financeiro, por meio de reformas fiscais e financeiras, abertura da economia, redimensionamento do Estado e privatizações. Conhecidos como empréstimos de ajuste, eles tinham como finalidade principal, o pagamento dos juros das dívidas contraídas pelos países tomadores de empréstimos.

Essas instituições iniciam então um processo de intervenção na estrutura político-organizativa dos países tomadores, para ajustá-los aos seus interesses. Reféns desses bancos por dívidas estratosféricas para suas condições orçamentárias, fruto de ilegalidades cometidas e corrupção, os países devedores deixaram suas populações viverem um caos organizativo, social, ambiental e político, com impactos irrecuperáveis, em especial sobre mulheres e crianças.

4.2 A farsa do Pagamento da dívida com o FMI

Em 2005, o governo Lula anunciou que pagou a dívida com o FMI antecipadamente, desembolsando 15,5 bilhões de dólares. Mas isso não significou a extinção do endividamento externo, ao contrário. Para pagar aquela quantia, o governo emitiu e vendeu títulos novos, criando uma nova dívida, recebendo em dólares e prometendo pagar uma taxa de juros mais elevada do que aquela cobrada pelo FMI, se endividando, portanto, mais ainda. Vale salientar que a taxa anual de juros sobre a dívida com o FMI era de 4%. A nova dívida remunerava a uma taxa de juros de 19,3% ao ano. Depois, com os dólares recebidos e transformados em reais, comprou títulos que se venciam à época e transferiu 85% deles para os compradores dos títulos novos.

Assim, o governo internalizou a dívida externa. Ou seja, a dívida não foi paga, ela apenas mudou de mãos e em condições mais caras. E o mais grave é que, para emitir os títulos novos da dívida, o governo abriu mão do Foro Nacional para tratar de litígios. Isso significa dizer que qualquer desentendimento entre o governo brasileiro e o Fundo será tratado em Nova York e não no Brasil. Na verdade, esta foi uma jogada política de Lula ao anunciar que o país não devia mais ao seu maior credor quando, na verdade, o FMI não era o maior credor do Brasil, mas era a instituição financeira mais rejeitada pela população.

O Brasil é o 3º país com a maior dívida externa, atrás dos EUA e Espanha. As altas taxas de juros são a principal causa do crescimento acelerado dessa dívida. Em agosto de 2019, segundo a Secretaria do Tesouro Nacional, a dívida pública federal em títulos, que inclui os débitos do governo no Brasil e no exterior, teve aumento de 2,03%, atingindo 4,074 trilhões de dólares. Em julho desse mesmo ano a dívida alcançava R\$ 3,993 trilhões. Esse crescimento se deveu à emissão de títulos públicos (acima do volume de resgate) de R\$ 39,62 bilhões e às despesas com juros, que somaram R\$ 41,37 bilhões.

Passados 75 anos de nascimento do FMI e Banco Mundial (completados em 2019), e do fracasso de suas políticas de desenvolvimento, custa acreditar que eles ainda insistam em realizar acordos com as mesmas medidas, como fez o FMI recentemente com a Argentina. Principal responsável pelo modelo neoliberal, com a mesma receita para todos os países e que os obriga a cumprir, com o apoio dos outros bancos internacionais, gerando mais pobreza e desigualdades.

O FMI propôs as privatizações, alegando que com elas o Brasil iria crescer, seriam gerados mais empregos. Mas as privatizações só beneficiaram os ricos, donos das empresas. Às trabalhadoras e aos trabalhadores restaram trabalhos precários e baixos salários.

Propôs que o mercado, ou seja, o setor privado, assumisse várias funções que eram do Estado, a exemplo da educação. Resultado: ensino pago, sem educação de qualidade, sem preocupação com a qualificação de professoras e professores,

O FMI disse que as reformas iriam trazer desenvolvimento para a população. O que trouxe a reforma Trabalhista? Retirada de direitos previstos na legislação.

O que trouxe a reforma da Previdência? O fim de uma aposentadoria digna para mulheres e homens. Para as mulheres, ainda influencia o fato delas entrarem no mercado de trabalho mais tarde. Elas só podem se aposentar aos 62 anos, e se já trabalharem o tempo mínimo de contribuição é de 15 anos, e para terem direito a 100% da média do salário terão que ter contribuído por 35 anos.

O que trouxe a reforma do Ensino? Além da perseguição a professoras e professores, trouxe a proibição de serem discutidas em sala de aula, questões relacionadas às desigualdades de gênero, orientação sexual, raça, "escola sem partido"; e a retirada, do currículo escolar, de disciplinas que contribuem para o livre pensar.

Em alguns estados brasileiros, por iniciativa do Ministério da Educação em parceria com o Ministério

da Defesa, surge mais uma ameaça à educação: a implementação de escolas cívico-militares, onde militares atuarão na gestão administrativa e formação disciplinar de alunos e alunas.

Todas essas mudanças são estimuladoras do aumento da violência, da insegurança e do medo do outro.

As recentes manifestações de rua no Chile por mais de dois meses, com saldo de mais de 20 mortos e centenas de feridos, para denunciar o governo de um presidente que, além de seguir

à risca o modelo neoliberal, ainda se rege por uma Constituição nascida na ditadura civil-militar, são um exemplo concreto de que não é o modelo neoliberal o caminho a ser seguido.

Naverdade, se considerarmos o que vem acontecendo hoje com os países latino-americanos e caribenhos no que se refere às



suas condições de vida, à invasão de seus territórios, ao controle da população pobre, negra e indígena e aos altos índices de assassinatos, podemos chegar à seguinte conclusão:

Existe uma estreita relação entre o sistema de endividamento, o regime de livre comércio, a militarização e a criminalização dos movimentos sociais como três vertentes de um projeto de dominação a partir da “limpeza” de povos considerados indesejáveis.

4.3 A trajetória do Ajuste

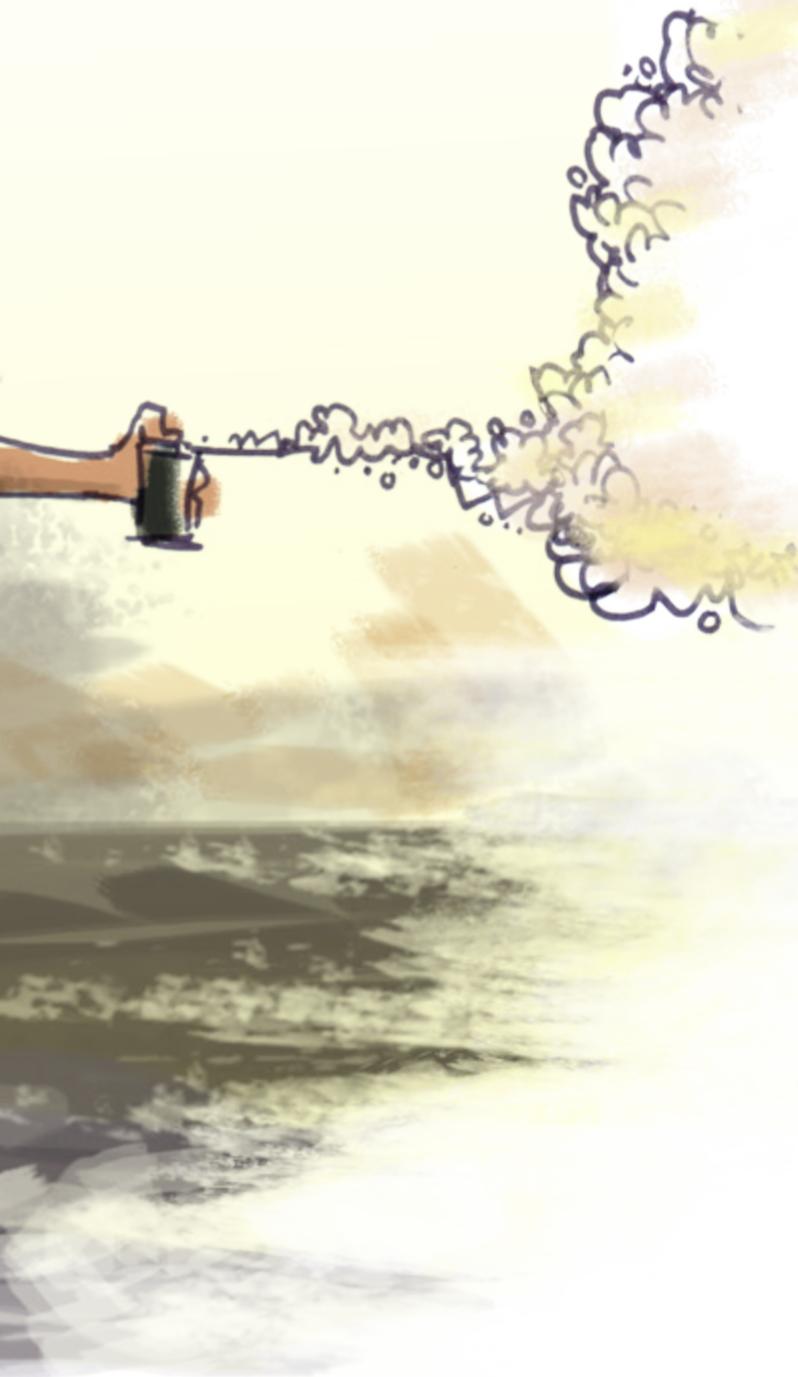
O AJUSTE PASSOU POR TRÊS GERAÇÕES:

A primeira estava voltada para a realização de reformas estruturais das economias menos avançadas, e estava centrada na redução da participação direta do Estado na atividade econômica e na desregulamentação dos mercados internos e liberalização dos externos. Essa estratégia não obteve resultados, em face dos indicadores econômicos e sociais dos países naquela situação, tendo garantido apenas o pagamento de suas dívidas.

A segunda, com início na década de 1980, foi concebida para dar um “rosto humano” ao Consenso original, ou seja, as políticas sociais de ajuste seriam focalizantes, dirigidas a famílias e grupos sociais em extrema pobreza. Ocorre que eram totalmente desvinculadas das relações que se estabelecem entre os condicionantes econômicos, políticos e sociais dessas políticas. Algumas dessas políticas não eram obrigatórias, estavam subordinadas a interesses políticos, outras não tinham destinação orçamentária específica e outras poderiam ser suspensas se assim o gestor quisesse.

A terceira, tendo como pressuposto a reforma do Estado, centrou-se na concessão de serviços públicos a empresas privadas, principalmente serviços básicos como energia, água, transporte, além da valorização comercial dos impactos ambientais resultantes de atividades econômicas.

O Banco Mundial, por exemplo, fez um enorme esforço, desde o governo de Fernando Henrique Cardoso, para garantir as reformas liberais (trabalhista, previdenciária e tributária). Vale salientar que as reformas do Judiciário, Universitária e a atualização da Lei de Falências foram feitas sob sua orientação, todas voltadas para facilitar a apropriação do Estado pelo mercado.



Quais as medidas de ajuste:

As medidas exigidas pelo FMI e por outras instituições financeiras obrigaram a implementação de mudanças nas legislações, em instituições públicas e até mesmo na Constituição Brasileira, representando, portanto, uma interferência na própria soberania do país. São elas:

1. Desregulamentação dos mercados – os países deixariam de estabelecer normas para regular as transações econômicas.
2. Abertura comercial e financeira – seriam eliminadas as barreiras/proteções que impedissem a entrada de produtos e do capital de outros países.
3. Privatização do setor público e de serviços – seriam entregues para empresas privadas, setores estratégicos do país como energia, comunicações, água, saúde, educação, petróleo...
4. Reforma do Estado - o Estado diminuiria o gasto público para o país poder ter dinheiro para pagar sua dívida externa.
5. Flexibilização do mercado de trabalho – a legislação trabalhista seria modificada em relação ao tipo de contrato, que passaria a ser temporário, fim da estabilidade no emprego, terceirização para a execução de serviços, diminuição da intervenção dos sindicatos nos acordos trabalhistas.
6. Estabilização da moeda – o governo passaria a priorizar a luta contra a inflação, para atrair investimentos.

No caso brasileiro, as principais medidas de ajuste que o FMI orientou e estão sendo implementadas são: abertura comercial e financeira, as privatizações, as reformas da Previdência, tributária, trabalhista e uma mudança no modelo institucional do Banco Central, tornando-o autônomo em relação ao Estado, cujos efeitos irão se refletir nas políticas econômicas (fiscal e monetária) futuras do país.

Todas essas medidas têm impactos mais profundos no que já vem ocorrendo em território brasileiro há vários anos:

- a. A extração de ouro, nióbio e outros minérios por grupos estrangeiros, à custa da expulsão e extermínio de povos indígenas, quilombolas, pescadores e ribeirinhos. Em fevereiro de 2020, o governo encaminhou à Câmara dos Deputados um Projeto de Lei que regulamenta a mineração, empreendimentos energéticos e o agronegócio em terras indígenas;
- b. A consolidação de uma política agrícola de favorecimento ao agronegócio com o uso

indiscriminado de agrotóxicos (mais de 400 foram liberados pelo governo Bolsonaro só no ano de 2019);

- c. A privatização dos nossos grandes reservatórios de água e a entrega de nossas estatais ao setor privado.
- d. Por fim, o Brasil volta a ter um papel político secundário no cenário internacional, mantendo o território brasileiro refém dos interesses do mercado.

4.4 O Ajuste na vida das Mulheres

O Consenso de Washington, a histórica reunião que deu início a um processo amplo e complexo de captura da soberania de países devedores e adequação de corações e mentes de parte considerável das populações à fantasia do "sonho americano",

serviu e continua servindo aos interesses de governos alinhados com o sistema financeiro nacional e internacional, como o governo de Bolsonaro.

Desde então, os frágeis anos de prosperidade obtidos nos governos petistas vão sendo paulatinamente corroídos pelas exigências e cada vez mais sede de lucro da banca internacional e elites nacionais; pelo ajustamento dos aparatos de proteção da classe trabalhadora, das mulheres, das populações negras e indígenas às novas regras e mecanismos de exploração promovidos pelo sistema do capital; por uma visão de educação voltada exclusivamente para o mercado. E como já foi dito, pela volta do país a um papel político secundário no cenário internacional.

A política de ajuste é que mais tem contribuído para a exclusão das mulheres dos processos de desenvolvimento. Para ajustar os países à nova ordem econômica, as instituições financeiras utilizaram-se

da visão naturalizada de que a mulher é inferior ao homem em todos os aspectos. Daí, na definição de quais políticas e projetos iriam ser elaborados pelos governos, era natural que o lugar previsto para a mulher fosse o da reprodução no campo do trabalho, o da responsabilização com o **cuidado** da família e o de administradora de pequenos negócios, penalizando-a na sua capacidade de pensar, produzir e fazer política.

Ou seja, é pela via dos lugares de subalternidade das mulheres na sociedade que os governos e as instituições financeiras projetam o desenho de suas políticas, mantendo o trabalho não remunerado e/ou mal remunerado das mulheres, canalizando assim mais lucros para o sistema financeiro.

Esse é apenas um elemento dos impactos das políticas de ajuste na vida



das mulheres. Outro elemento é que ele também empobrece mais rapidamente as mulheres, em função dos cortes nas áreas sociais, pois, sobrecarregadas de trabalho não remunerado, ficam com pouco tempo, tanto para atividades que lhes gerem um aumento da renda como para lutar por direitos.

Mas por que é que essas instituições continuam apostando que é esse o lugar das mulheres? Será que não leem? Não têm acesso a pesquisas que mostram as consequências desse tipo de pensamento na vida das mulheres e as consequências para o próprio país?

As instituições sabem de tudo isso. Continuam porque perceberam que sendo mais eficientes, mais responsáveis, mais econômicas e mais baratas nas atividades reprodutivas, as mulheres tornaram-se funcionais à manutenção desse sistema de dominação. O sistema precisa delas para gerar mais riqueza.

O novo Relatório da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, divulgado em janeiro de 2020, afirma que "As desigualdades de gênero são um obstáculo ao desenvolvimento sustentável e às mudanças no cenário enfrentado pela região, são uma manifestação da urgência de avançar decisivamente em direção a estilos de desenvolvimento que contemplem a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres".

Então, como é que essas instituições fazem para manter essa situação? Para ela não mudar?

Estimulando a opressão e o machismo de diversas formas: por meio das diferenças salariais entre homens e mulheres, do trabalho não pago das mulheres, da injusta divisão do trabalho doméstico, nas desigualdades no acesso a cargos de direção em relação às mulheres, na dificuldade de acesso a crédito para a produção, dentre outras. Isso dá margem tanto a um aumento da violência doméstica e familiar, como ao feminicídio, pois parece natural que o homem não deva encontrar resistência ao tipo de relação que estabelece com a mulher, em todos os âmbitos da vida.

E como é que essa visão sobre as mulheres se enquadra no neoliberalismo?

Como já foi dito, as políticas sociais neoliberais são marcadas pelo caráter compensatório e emergencial, planejadas tanto para amortecer as tensões sociais que porventura venham ocorrer como resultado das medidas liberalizantes, como para manter as mulheres em eterna situação de subalternidade. Estando secundarizadas ou não contempladas pelas políticas de desenvolvimento, elas irão estar sempre propensas à exploração e, portanto, favorecendo o lucro de quem as explora.

Por que consideramos importante entender, conversar sobre dívida?

Por que ela afeta principalmente a vida das mulheres, tendo em vista que o Brasil possui a 5ª maior população mundial e que as mulheres são maioria. Então podemos concluir que nós, mulheres, temos muita coisa a ver com isso, não é? As mulheres estão em 1º lugar dentre os grupos vulneráveis que mais sofrem, que mais são impactados com as decisões que os governos tomam para cumprir as condicionalidades que as instituições financeiras impõem quando emprestam dinheiro.

Como é isso na prática?

Muitas vezes, elas são voluntárias ou recebem salário abaixo do mercado de trabalho, ou são consideradas nos projetos como executoras de múltiplas funções, como por exemplo, as Agentes Comunitárias de Saúde – ACS.

Se aumentar o desemprego, são as mulheres as primeiras que perdem, pois são demitidas. Ou então o homem sai e ela fica, mas para ganhar menos e em condições de trabalho mais precárias. Os preços, lá em cima, afetam o poder de compra. Daí, a insegurança alimentar somada à falta de saneamento, aumenta o risco de doenças, principalmente nas crianças e nas pessoas idosas. E quem é responsável pelo trabalho de cuidados? As mulheres, que acabam ficando mais sobrecarregadas.

Os cortes nos salários e as demissões afetam mais as mulheres, já que são maioria no mercado informal. Se tinham uma faxineira, uma babá, não podem mais ter, porque o salário não vai dar. Isso gera um aumento da carga de trabalho das mulheres, além de influenciar na sua disposição para questões relacionadas ao prazer.

Se aumenta a carga de trabalho, aumentam as dificuldades para se qualificarem e terem condições de assumir cargos de direção ou de serem indicadas pelos partidos para cargos eletivos. Com as privatizações, os serviços públicos essenciais começam a faltar ou perder a qualidade que ainda tinham. Novamente, as mulheres são as mais sacrificadas.

Diante de todas essas restrições, é claro que as necessidades específicas das mulheres desaparecem no contexto mais geral e seu poder de influência/decisão em questões estratégicas não é considerado. É por isso que é importante mulheres organizadas/em poderadas, para que suas vozes sejam ouvidas, consideradas e respeitadas.

Um dos modos de sobrevivência do capitalismo é a utilização da força de trabalho não pago ou precarizado da mulher para a geração de mais lucro. Não se reconhece a mulher como sujeito de direitos, capaz de contribuir tanto quanto os homens, com um processo de desenvolvimento do país.

Do mesmo modo, o controle do corpo em relação a direitos sexuais e reprodutivos e o tratamento dado a este como mercadoria, também contribui para o aumento do lucro do sistema do capital, pois garante a perpetuação de uma mão de obra barata e, portanto, de fácil consumo. A prostituição, a pornografia, o tráfico de mulheres e a utilização destas como objeto de propaganda são exemplos dessa visão sobre as mulheres. Para esse modelo, elas devem continuar subalternas e inferiores.

Consideradas supérfluas, aquelas políticas que beneficiam diretamente as mulheres só são permitidas em tempos de abundância econômica, porque elas

continuam sendo vistas como de segunda categoria. Sendo assim, elas estão vulneráveis a quaisquer medidas que venham retirar direitos.

Assim também, a diminuição dos recursos orçamentários em função do pagamento dos juros da dívida resultou na diminuição dos orçamentos para cultura e mulheres. Até a censura voltou. Já houve casos de filmes que não puderam passar em festivais, casos de cantoras e cantores que não puderam se apresentar, atrizes de renome xingadas em público, impedidas de atuar.

No governo Bolsonaro, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, assim como outros ministérios e órgãos voltados para as populações vulnerabilizadas, também sofreram cortes. De 376,5 milhões de Reais em 2019, passou para 220,4 milhões de Reais em 2020, uma redução de 41%.

O orçamento do Programa de Promoção da Autonomia e Enfrentamento da Violência contra a Mulher, criado em 2012, contou em 2019 com apenas 48,2 milhões de Reais, o menor valor desde que foi criado. Ressalte-se que desse valor nenhum recurso foi reservado para a Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180), considerada uma das principais iniciativas de combate à violência de gênero. Em 2018 lhe foram destinados 7,4 milhões de Reais. Vale ressaltar que naquele ano o Ligue 180 recebeu 1,2 milhões de ligações. Do total de R\$ 48,2 milhões, R\$ 34,6 milhões foram alocados para ações gerais de políticas de igualdade e enfrentamento à violência; os outros R\$ 13,6 milhões foram destinados à Casa da Mulher Brasileira e a outros Centros de Atendimento à Vítima.

A violência sexual também aumenta com a precarização do trabalho ou com a falta dele. Homens sem trabalho, ou estressados com a exploração no local de trabalho ou com medo de serem demitidos, sentindo-se sem valor, impotentes, tendem a ficar mais violentos na rua e em casa. Na verdade, a autonomia das mulheres ameaça mais ainda os homens. Isto não quer dizer que, se tiverem um trabalho em condições dignas, os homens vão

deixar de ser violentos. Não é o modelo de desenvolvimento de um país que vai definir o modo como se estabelecem as relações de gênero. Estas serão desiguais ou não, a depender de como as sociedades irão construir as possibilidades de romper com o patriarcado, ou seja, com a ideia de que homens são superiores as mulheres, tendo, portanto, poder sobre elas.

Se observarmos as motivações da violência doméstica que resultaram na morte de mulheres, a maioria foi provocada pelo inconformismo do homem com a perda de sua suposta propriedade - a mulher, sobre quem exercia o domínio patriarcal.

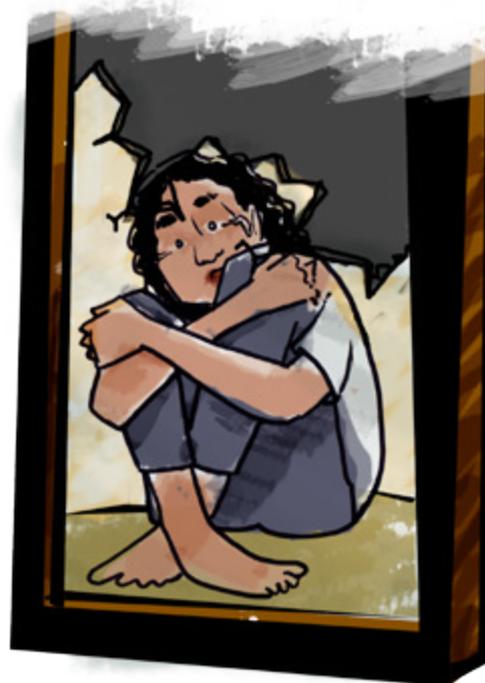
Fazendo a relação do ajuste com a política atual e com a vida das mulheres:

Quando o atual governo começou a efetivar as regras do ajuste fiscal, a primeira medida a ser anunciada foi a extinção da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres. O novo Ministério (que reúne mulheres, igualdade racial, juventude

e direitos humanos), retirou de suas atribuições a incorporação da perspectiva de gênero. Desde então, as regras de ajuste já anunciadas vêm afetando mais ainda as mulheres e, principalmente, aquelas que realizam o trabalho doméstico e de cuidados.

No campo da produção agrícola familiar, foi extinto o Programa "Ater Mulheres" sendo provável que não se tenha mais projetos específicos para mulheres relacionados à convivência com o semiárido. O que se tem hoje no Nordeste, por exemplo, são projetos voltados para famílias rurais, a exemplo do Projeto São José III (empréstimo do Banco Mundial) e do Projeto Paulo Freire (empréstimo do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrário - FIDA), com contrapartida dos governos estaduais.

É importante termos clareza de que, cada vez que o governo paga juros da dívida - e isso é feito a cada ano -, ele deixa de destinar recursos para saúde, educação, segurança alimentar, previdência, porque retira esse recurso do orçamento federal.



Na verdade, o modo como a sociedade se organiza, tendo como pilar de sustentação esses padrões de gênero, nos leva a perceber que a falta de interesse por parte do Estado brasileiro em tomar como princípio constitucional a igualdade de gênero, definindo políticas de superação das desigualdades e de promoção da mulher, favorece as condições para garantir a sobrevivência do capitalismo a crises econômicas. Quanto mais o trabalho e o tempo das mulheres são explorados, mais as elites se beneficiam.

O desmonte acelerado das políticas sociais também tem agravado os índices alarmantes de violência contra a mulher. O Brasil é o 5º país que mais mata mulheres (diz um estudo da FLACSO – Universidade Latino-americana de Ciências Sociais, na Argentina).

Relatório divulgado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, onde foram pesquisadas mulheres de todas as regiões do país em 2018, aponta que 16 milhões de mulheres sofrem algum tipo de violência. Isso significa 1.830 casos registrados a cada hora e o maior percentual de vítimas é de mulheres negras.

Em geral, quem pratica a violência tem: baixa escolaridade, faz uso abusivo de bebidas alcoólicas e de drogas, vive em áreas sem saneamento, tem fácil acesso a armas de fogo e vive com menos de um salário mínimo. Por outro lado, as condições precárias de vida contribuem para que as vítimas sejam dependentes financeiramente de seus parceiros e, portanto, estejam menos dispostas a denunciá-los. Quando as mulheres recebem pelo trabalho que realizam, têm mais chance de serem financeiramente independentes e, portanto, menos tolerantes a comportamentos agressivos.

O fato é que o governo brasileiro, a partir desse modelo de desenvolvimento, entre investigar as circunstâncias que ensejaram o crescimento da dívida para rever o que tem consumido de recursos com seu pagamento e alavancar recursos internos para investir em políticas sociais, já fez sua escolha: salvar o setor financeiro, garantir o pagamento dessa dívida enorme, com elevadas taxas de juros e sacrificar as políticas sociais.

Por outro lado, é importante destacar que a vida das mulheres já estava em crise antes da crise econômica. Por quê? Ora, por causa de uma injusta divisão sexual do trabalho doméstico e do trabalho de cuidados em condições desiguais, tendo como consequências para as mulheres: a) uma menor taxa de ocupação e salários mais baixos; b) trabalho precário; c) mais dificuldade ao acesso e à promoção no mercado de trabalho, especialmente as mulheres jovens; e d) terem que optar por trabalhos perto de casa, sem qualquer garantia trabalhista (os pequenos negócios).

O sistema da dívida tem servido também para fortalecer o modelo patriarcal, pois o pagamento dos juros da dívida é decidido (na maioria por homens) e sempre em detrimento dos gastos com políticas sociais. Os cortes se concentram em setores profissionais feminizados como: saneamento, educação, serviço social, promoção da saúde preventiva, dentre outros. A transferência dessa responsabilidade para as mulheres só contribui para que se mantenham subordinadas e dependentes.

É importante considerar também que não existe apenas uma dívida monetária, aquela que se pode contar. Existem ainda: uma dívida social, etno racial e ecológica, para as quais não se pode definir um valor em dinheiro, mas se pode ver suas consequências, em especial sobre os povos dos rios e das florestas, sobre as mulheres e a juventude negra e as nossas periferias.

Se formos recuperar tudo o que foi perdido ou usurpado durante essas décadas por influência desses bancos, poderíamos chegar a outra conclusão:

Somos nós, as mulheres, as credoras por termos sido desapropriadas, ao longo da história de colonização patriarcal, das políticas de fortalecimento e valorização de nossas capacidades, da proteção social, das políticas ambientais, financeiras e de gênero e de segregação em função da raça e etnia. É para nós que devem ser restituídos e pagos juros ano a ano. Por isso, é importante pensarmos em reparação histórica.

5. EXISTEM ALTERNATIVAS À PERPETUAÇÃO DA CHANTAGEM DA DÍVIDA?

Existem sim. Dívida deveria ser um complemento, um modo de trazer mais recursos para o Estado, para viabilizar mais investimentos, o que contribuiria para um desenvolvimento sustentável para a população. Mas na realidade, ela deixa de ser uma medida da qual o Estado se utiliza para complementar suas necessidades para a efetivação de políticas de melhoria do desenvolvimento, para ser um veículo de retirada de recursos orçamentários e de nosso patrimônio.

Desse modo, ela é usada para reforçar um colonialismo econômico, político e cultural dos povos que estão à mercê da atuação dessas instituições em seus países.

Se olharmos para a história, vamos perceber que os processos de endividamento resultantes das opções que os governos fizeram em relação a quais políticas e projetos seriam desenvolvidos, têm tido um papel preponderante no aprofundamento da crise econômica, política e social em que se encontra a maioria da população.

Mas a gente sabe que essas consequências podem ser reparadas, através de políticas que levem em consideração os desejos e necessidades dos povos impactados por elas.

Para além de medidas relacionadas a uma justa distribuição dos tributos existentes, várias outras medidas poderiam ser tomadas pelos governos para fazer justiça social: a taxação de grandes fortunas, propriedades, heranças e doações.

A taxação também sobre dividendos e rendimentos das grandes empresas, tributação de bens supérfluos,

de lucros e de remessas de lucros para o exterior, o aumento da arrecadação do Imposto de Renda de pessoas ricas ou de regulação dos mecanismos de pagamento de tributos para evitar a evasão fiscal (que é a utilização de meios ilícitos para evitar o pagamento de tributos como, por exemplo, o envio de enormes somas de dinheiro para paraísos fiscais).

Uma auditoria integral e detalhada da dívida pública brasileira seria o bastante para desvendar todos os crimes contra o dinheiro público e ainda propor formas de recuperação do que foi apropriado indevidamente.

E o que é Auditoria?

É uma análise detalhada de toda documentação relacionada às dívidas interna e externa. Através dela é possível conhecer a real dimensão do endividamento de um país: identificar as ilegalidades e ilegitimidades desse processo e seus responsáveis, ou seja, quem se beneficiou com os empréstimos e de que modo.

A auditoria vai trazer os elementos para o não pagamento, o repúdio ou a anulação das dívidas injustamente cobradas e, o mais importante, poderá ajudar o governo a formular uma estratégia de desenvolvimento que não dependa de empréstimos externos.

As provas das ilegalidades cometidas poderão permitir ao governo uma negociação soberana com as instituições financeiras ou exigir reparação. Aquelas injustamente cobradas poderão ser anuladas. Desse processo, retornarão aos cofres públicos os recursos necessários ao investimento em políticas sociais.

Embora seus desdobramentos possam trazer um ânimo para a superação das desigualdades sociais, esse assunto não é tratado nem nos parlamentos nem na mídia. Poderia se pensar que é porque o sistema de comunicação nesse país se alimenta também do poder financeiro, não é? Observem que quando o assunto da dívida é tratado nos meios de comunicação, é feito de modo distorcido e enganoso, fazendo-se uso da palavra "calote", quando um país resolve não pagar a dívida que lhe é atribuída.

Mas é preciso termos claro que o resultado de uma auditoria no Brasil somente terá os desdobramentos favoráveis à população, se com ela vier junto um processo de esclarecimento, reorganização e mobilização social. Nessa perspectiva, os movimentos de mulheres têm um papel fundamental.

A se manter com esse nível de endividamento e submissão ao capital, é impossível saber de quantos anos os governos irão precisar para pagar essa dívida, pois a lógica é que ela não seja paga, uma vez que se configura em um instrumento de poder do capital.

No caso brasileiro, uma auditoria iria revelar, por exemplo, que as mineradoras não recolhem Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) pela exportação de seus produtos, têm quase 100% de isenção de imposto de renda, além de 25% de isenção em frete marítimo para máquinas, equipamentos e insumos. Este é apenas um dos setores regularmente beneficiados por isenções fiscais e outros benefícios.



Multinacionais remetem todos os anos bilhões de dólares em lucros para o exterior e não pagam um tributo sequer. Ricos e milionários que vivem no Brasil não pagam de acordo com a sua capacidade contributiva. Proprietários de helicópteros, jatinhos e iates são isentos de quaisquer impostos. Apenas 1% dos proprietários do país detêm quase metade da área rural, mas a arrecadação do Imposto Territorial Rural (ITR), corresponde a 0,04% de toda a arrecadação de impostos.

Em 2009, o deputado federal Ivan Valente (PSOL) aprovou um pedido de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a dívida. O relatório final, além de apontar várias irregularidades e crimes que envolveram **o endividamento brasileiro, demonstrou que a dívida contraída com os bancos não serviu para melhorar as condições de**

vida da população. Mesmo assim, o Congresso não decidiu pela necessidade de Auditoria.

Certamente, uma nova auditoria irá descobrir que boa parte da dívida que pagamos é indevida e ilegítima, não tendo também documentos que a comprovem, uma vez que a maior parte dos empréstimos foram feitos durante a ditadura.

Auditoria não é uma ilusão. O que não conseguimos que fosse feito aqui, aconteceu em outros países. Em 2007, o então presidente do Equador, Rafael Correa, montou um Comitê com o apoio da Auditoria Cidadã da Dívida, para identificar e comprovar as diversas irregularidades na dívida daquele país. O Comitê identificou que 70% da dívida pública equatoriana não poderia estar sendo paga por esta ser composta de títulos ilegítimos, o que possibilitou ao governo triplicar os investimentos sociais.



O resultado político foi ainda maior, pois na nova Constituição equatoriana, aprovada em setembro de 2008, a seção que trata do Endividamento Público determina auditoria não só financeira, mas social e ambiental de todas as fases do endividamento público interno e externo.

A Argentina criou, em 2014, uma Comissão Parlamentar de Investigação da Dívida. Foi constatado que muitos dos créditos foram adquiridos durante a ditadura. O mesmo aconteceu com a Grécia, com a identificação, pós-auditoria, de que o país estava pagando uma dívida ilegal e ilegítima. A Grécia criou em 2015, uma Comissão de Auditoria da Dívida

Pública, onde se identificou que grande parte dos empréstimos feitos era ilegítima e ilegal. Ocorre que as pressões feitas pelo FMI, União Europeia e Banco Europeu foram tão fortes que o governo acabou se curvando e não levou adiante os resultados da auditoria. Faltaram organização e pressão maior por parte da sociedade civil.

A Auditoria Integral é a verificação das ilegitimidades e ilegalidades no campo monetário e financeiro da dívida, mas é também analisar de que forma esse processo de endividamento impactou e inviabilizou o acesso a políticas sociais para as populações mais vulneráveis, com graves consequências para a integralidade da vida das pessoas. Por isso, o Jubileu Sul defende uma auditoria integral da dívida para reparar historicamente a expropriação dos direitos das populações.



6. O QUE SERÁ QUE SERÁ....

Estamos diante de uma crise que está dentro e fora do sistema. Dentro, ela é agravada por questões do campo da ética e da moral, incentivadas pelo próprio gestor do Estado. Fora, ela se agrava pela manutenção e agravamento do modelo capitalista e o que ele reforça e fortalece. Em suma, uma se alimentando da outra. Some-se a isso, um processo de completa destruição dos pilares fundantes da nossa sociedade, aquilo que mantém seu marco de civilidade: a democracia, os direitos humanos e a justiça social.

Diante de tantos retrocessos e vivendo como estamos, sob uma ordem fascista, é importante que compreendamos a natureza desse projeto político que se instalou em 2019 e em quais elementos tem se apoiado para manter a governabilidade, a fim de que possamos definir estratégias para comunicar ao mundo e à população (que na maioria das vezes fica achando que toda a informação que recebe pela Rede Globo, Record e SBT é correta), as consequências nefastas desse projeto para a vida das populações vulnerabilizadas e para o meio ambiente.

Que elementos são esses? A repressão, o medo, o endurecimento da legislação, a caracterização da luta social como luta terrorista, a subordinação do Judiciário e da mídia ao conjunto de medidas de governo.

Estas são as peças a partir das quais podemos ir puxando e juntando as pontas dos laços que envolvem cada uma, para pensar novas estratégias de enfrentamentos e de resistência, que nos possibilite romper com esse sistema, tendo como referência os processos históricos.

No nosso caso, dos movimentos de mulheres, nos está reservada uma tarefa ainda maior que é pensar também formas de evitar que a ideologia patriarcal se solidifique, que prospere numa sociedade hétero-normativa baseada em um único modelo de família, uma única classe e uma única raça.



Por fim, apresentamos alguns desafios para diminuirmos as distâncias que nos separam. A gente sabe que existem diferentes posições em relação às questões de gênero, ao feminismo e aos governos municipal e estadual. Precisamos evitar que isso sirva para nos confrontarmos em questões com as quais podemos conviver e manter nossa certeza no que nos fortalece, focadas na resistência frente ao nosso inimigo comum, que é o capitalismo e o patriarcado que se apresentam metamorfoseados nas mais diferentes situações para nos confundir.

O desafio de conseguirmos mobilizar as pessoas, em torno de um projeto de vida aqui, nesse lugar e não em torno de um bem passageiro ou da vida eterna. Não vamos mudar o modelo capitalista com o que temos, mas, com o que temos, podemos ser capazes de alterar estruturalmente a correlação de forças entre as classes sociais, irmos avançando na superação das desigualdades.

Por exemplo: não devemos aceitar projetos habitacionais a serem realizados à custa do isolamento sociocultural e político das populações

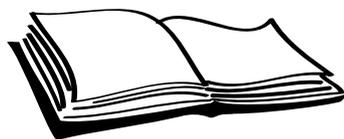
beneficiadas; não devemos aceitar que a Lei Maria da Penha continue voltada quase exclusivamente para o aspecto da execução penal; devemos exigir campanhas permanentes de enfrentamento à violência contra a mulher, com uma educação voltada para o tema, desde a escola e a cultura; não devemos aceitar o esvaziamento de políticas para a juventude (o assassinato de mulheres adolescentes e a violência sexual crescem assustadoramente).

Nossa agenda de luta já existe há muito tempo. O que precisa ser revisto é nossa estratégia, seja no que se refere a prioridades, seja no que se refere a alianças e parcerias, aliadas a uma metodologia que volte a encantar e motivar as pessoas.

Em outros países, vimos que a crise econômica, política e social fez crescer um processo de construção revolucionário. Precisamos acreditar que esse processo também pode acontecer aqui. Precisamos impedir que num futuro próximo, igualdade e justiça sejam vistas como peças de museu.



Bibliografia



As Estratégias dos Bancos Multilaterais para o Brasil. 2001. Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais. Brasília.

Said, Magnólia – FMI, Banco mundial e BID – Impactos sobre a vida das populações. 2005. Fortaleza.

-----A Ação das IFMs no Brasil: Dependência e Resistência. Fortaleza. 2002.

----- Gênero e as Instituições Financeiras Multilaterais. 2003.

O Governo Lula e o FMI. Cadernos de Discussão Política nº 4. Casa Socialista. Fortaleza. 2004.

Forrester, Viviane. O Horror Econômico – UNESP. 1991

Saffiotti, Heleieth. Gênero e Patriarcado

Gonçalves, Reinaldo e Pomar, Valter. A Armadilha da Dívida. Ed. Fundação Perseu Abramo. 2002.

Gonçalves, Reinaldo. O Banco Mundial no Brasil: da Guerra de Movimento à Guerra de Posição. Rede Brasil. 2009.

Catálogo Somos Credores – Reparações Já! Jubileu Sul Brasil 2010.

Said, Magnólia. Reforma da Previdência – Seletividade no Direito de Viver. Observatório de Justiça socioambiental-Luciano Mendes de Almeida. Série Lendo e Refletindo. 2019

Valente, Ivan. Dívida Pública - O Gargalo do Desenvolvimento do Brasil. Deputado Federal – PSOL. 2005

Fattorelli, Maria Lúcia. Dívida Pública Consome Metade do Orçamento. Entrevista Revista Caros Amigos. Janeiro, 2013.

Boito Jr., Armando. A Natureza da Crise Política Brasileira. Le Monde Diplomatique. Março, 2016.



Sugestões de filmes

para quem queira entender/aprofundar as questões trazidas nesta publicação:

▶ **O Jovem Marx**

Trata do período em que Marx vai para o exílio em Paris e conhece Engels. Passam a liderar o movimento operário em meio à era moderna. No filme, vemos como Marx escreveu o Manifesto Comunista.

▶ **As Sufragistas**

Início da luta do movimento feminista. História das mulheres que enfrentaram seus limites na luta por igualdade e pelo direito ao voto.

▶ **El Patrón - Radiografía de un Crimen**

Narra a aventura de um trabalhador rural e sua mulher grávida, que chegam a Buenos Aires em busca de trabalho. Ele vai trabalhar num açougue e ela na casa do patrão dele. Nesses trabalhos ambos são submetidos a toda sorte de exploração. É marxismo puro!

▶ **A Fuga das Galinhas**

Vendo tanto comodismo no galinheiro, uma galinha incentiva as outras a burlarem a guarda, saírem da letargia e irem à luta pela liberdade.

▶ **A Lavanderia**

É um relato didático sobre lavagem de dinheiro e evasão fiscal. Expõe o universo de empresas de fachadas sediadas em paraísos fiscais.

▶ **Parasita**

Retrata as ações de uma família pobre que manipula uma família rica para conseguir trabalho na mansão.

▶ **Revolução em Dagenham**

Uma mulher que trabalha na Ford Motors, no Reino Unido, lidera um manifesto contra a discriminação e o machismo.

▶ **Acorda Raimundo, Acorda!**

Raimundo tem um sonho e se vê no lugar da mulher, sendo obrigado a fazer todo o trabalho reprodutivo e ainda é maltratado pela mulher, que assume o papel de homem.

▶ **Vida Maria**

A história de três gerações de mulheres da mesma família no interior do nordeste, contada a partir de uma menina de 5 anos, sem perspectiva de mudanças em sua vida. Aborda a incapacidade da valorização da infância e de seu potencial.

▶ **Quem matou Eloá**

A partir do assassinato de uma garota de 15 anos pelo ex-namorado, o filme trata da espetacularização da violência e a abordagem da mídia. Baseado em fatos reais.

▶ **Cairo 678**

Trata de três mulheres no Egito que são abusadas sexualmente todos os dias, até que um dia uma se defende.

▶ **Erin Brockovich -uma Mulher de Talento**

Conta a história de uma mulher divorciada com 3 filhos e desempregada que, sem instrução formal, conseguiu que o dono de uma grande empresa poluidora que estava causando doenças e mortes, fosse processado. Baseado em fatos reais.

▶ **Frida**

História da pintora mexicana e ativista Frida Kahlo, casada com o pintor Diego Rivera.

▶ **Histórias Cruzadas**

História de uma mulher nos anos de 1960, no Mississipi, estado dos EUA, que quer ser escritora

e começa a entrevistar mulheres negras da cidade, que deixaram suas vidas para trabalhar na criação dos filhos da elite branca.

▶ *Libertem Angela Davis*

Documentário sobre a vida da ativista e escritora Angela Davis.

▶ *Mercedes Soza*

A voz da América Latina - Documentário sobre a cantora Argentina e sua importância para a história política e musical de América Latina.

▶ *Que bom te ver viva*

Mulher torturada no período da ditadura, narra a vida de algumas mulheres brasileiras que pegaram em armas contra o regime militar. Baseado em fatos reais.

▶ *Que horas ela volta?*

Discute o Brasil dividido: confronta o nordeste e o sudeste, os ricos e os pobres e o segregacionismo, a partir da vida de uma empregada doméstica numa casa de classe média e os impactos advindos com a chegada de sua filha na casa.

▶ *Roma*

Se passa nos anos de 1970, no México. Aborda como a rotina de uma família de classe média é controlada de maneira silenciosa pela empregada.

▶ *No Tempo das Borboletas*

Conta a História do Presidente tirano da República Dominicana, Rafael Trujillo, que é confrontado a partir da ação de uma mulher. Baseado em fatos reais.

▶ *Cidade do Silêncio*

Conta a história de um repórter da cidade de Chicago, nos EUA, que viaja ao México para investigar os assassinatos de centenas de mulheres mexicanas ocorridos ao longo dos anos, próximos a uma fábrica.

▶ *Indústria Americana*

Na época da crise de 2008 nos EUA, um bilionário Chinês reabre uma fábrica de carros e contrata 2 mil operários dos EUA. Ele se vê diante dos conflitos entre uma China tecnológica e a mão de obra americana. Baseado em fatos reais.

▶ *Dedo na Ferida*

Documentário que aborda o sistema financeiro e suas contradições. Mostra como o capital pode influenciar a política, os governos e a vida cotidiana de qualquer pessoa. Baseado em fatos reais.

▶ *Chove sobre Santiago*

Trata do golpe militar no Chile em 1973, contra o governo de esquerda de Salvador Allende.

▶ *Luna Nera*

Minissérie inspirada em um grupo de mulheres acusadas de bruxaria no século 17. Escrita, dirigida e protagonizada por mulheres.

▶ *Não — Ficção histórica.*

Em 1988 o governo ditatorial chileno convoca um plebiscito para saber se a população apoia os militares. Um publicitário é chamado pelo grupo de esquerda que estava querendo fazer uma "Campanha pelo Não", para assumir a campanha no sentido de convencer o povo a acabar com o regime militar. Esse filme é um exemplo para setores de esquerda que não sabem como lidar com o povo que defende.

▶ *A Fonte das Mulheres*

Conta a história de mulheres que vivem no norte da África, submetidas a trabalho bastante pesados, enquanto os homens não fazem nada. Uma delas passa a liderar uma greve de sexo que força os homens a terem outra postura diante do trabalho.

Sumário

APRESENTAÇÃO ...2

1. O QUE É MESMO DESENVOLVIMENTO? ...3

2. AS MANTENEDORAS DO CAPITALISMO ...7

3. A DÍVIDA E AS ESTRUTURAS DE PODER QUE A LEGITIMAM ...12

3.1. ORIGEM DA DÍVIDA ...14

4. A DÍVIDA E AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS MULTILATERAIS ... 20

4.1. O AJUSTE ESTRUTURAL ...24

4.2. A FARSA DO PAGAMENTO DA DÍVIDA COM O FMI ...25

4.3. A TRAJETÓRIA DO AJUSTE ...27

4.4. O AJUSTE NA VIDA DAS MULHERES ...28

5. EXISTEM ALTERNATIVAS À PERPETUAÇÃO DA CHANTAGEM DA DÍVIDA? ...34

6. O QUE SERÁ QUE SERÁ... ...38

Autora: Magnolia Said, educadora feminista, membro do Esplar – Centro de Pesquisa e Assessoria e Rede Jubileu Sul Brasil.

Colaboradoras: Fabiana Amaral - Centro Dandara, Marli de Fátima Aguiar, Rosilene Wansetto e Sandra Quintela - Jubileu Sul Brasil

Produção: Ana Rosa Carrara e Flaviana Serafim - Comunicação do Jubileu Sul Brasil

Diagramação e Ilustrações: Dedê Paiva
www.dedepaiva.com.br

Contato: Rede Jubileu Sul Brasil
E-mail: secretaria@jubileusul.org.br

Junho/2020





Realização



Cofinanciado pela União Europeia



Esta publicação foi produzida com o apoio financeiro da União Europeia. Seu conteúdo é de responsabilidade exclusiva da Rede Jubileu Sul Brasil e Red Jubileo Sur / Américas e não reflete necessariamente os pontos de vista da União Europeia.

